

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BRAULIO EMMANUEL CARVALHO NASCIMENTO

**EVOLUÇÃO E CONSÊQUÊNCIAS DO USO DE ARMAS DE FOGO NO BRASIL
ENTRE OS ANOS DE 2004 A 2014**

São Luís
2017

BRAULIO EMMANUEL CARVALHO NASCIMENTO

**EVOLUÇÃO E CONSÊQUÊNCIAS DO USO DE ARMAS DE FOGO NO BRASIL
ENTRE OS ANOS DE 2004 A 2014**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Alan Vasconcelos Santos

São Luís

2017

BRAULIO EMMANUEL CARVALHO NASCIMENTO

**EVOLUÇÃO E CONSÊQUÊNCIAS DO USO DE ARMAS DE FOGO NO BRASIL
ENTRE OS ANOS DE 2004 A 2014**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: _____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alan Vasconcelos Santos (Orientador)

Universidade Federal do Maranhão

1 Examinador

Universidade Federal do Maranhão

2 Examinador

Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a Deus por ter me dado às forças necessárias, além de sabedoria para a conclusão dessa etapa. A Ele toda honra e a glória. Aos meus pais, Celso e Zélia pelo apoio necessário, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço também, aos amigos que estiveram sempre ao meu lado, me apoiando, me dando forças para a conclusão desse trabalho. Ao corpo docente da Universidade Federal do Maranhão, especialmente ao meu orientador, Dr. Alan Vasconcelos, pela sua compreensão, paciência e apoio necessário na realização desse projeto. Que Deus o abençoe, certo de que o levarei em memória por toda a vida.

“O fato de eu estar respirando esta manhã é um ato de misericórdia divina. Deus não me deve nada. Devo tudo a Ele.”

R. C. Sproul.

RESUMO

A presente pesquisa propõe avaliar a relação entre o uso de armas de fogo e a evolução da taxa de homicídios no Brasil. Embora o interesse sobre a violência e na criminalidade tenha aumentado nos últimos anos, com pesquisas sobre o tema, o problema com armas de fogo é crescente e com poucos estudos abordados devido às dificuldades com as metodologias envolvidas. Isso mostra a necessidade de estudar e buscar informações sobre o porquê deste crescimento. O estudo toma como referência o período de 2004 a 2014 e busca inicialmente fazer uma análise da literatura sobre a relação entre armas e crimes. Além disso, investiga a evolução dos homicídios ao estudar sobre o perfil das pessoas que foram vítimas de armas de fogo. Para o alcance desse objetivo, faz-se uso de dados do Mapa da Violência para identificar o perfil das vítimas, além disso, descreve o seu crescimento a partir de análises estatísticas descritivas, as quais permitem explorar as especificidades desse fenômeno nas regiões brasileiras. A verificação da relação entre o uso de armas de fogo e crimes foi possível identificar a falta de acordo sobre o efeito causal das armas de fogo sobre crimes. Em especial, para os estados brasileiros destacou-se uma forte associação entre o uso de armas de fogo e homicídios. Por fim, pode se verificar que as vítimas por armas de fogo têm, em sua maioria, as mesmas características: homens, jovens e negros com nível econômico de baixa renda, admitindo-se a necessidade de estudos posteriores para avaliar o grau da relação causa-consequência entre armas e crimes.

Palavras-chave: Violência. Criminalidade. Armas de fogo. Efeito causal. Mapa da violência.

ABSTRACT

The present research proposes to evaluate the relationship between the use of firearms and the evolution of the homicide rate in Brazil. While interest in violence and crime has increased in recent years with research on the subject, the problem with firearms is increasing and few studies have been addressed due to difficulties with the methodologies involved. This shows the need to study and seek information on why this growth. The study takes as reference the period from 2004 to 2014 and initially seeks to make an analysis of the literature on the relationship between weapons and crimes. In addition, he investigates the evolution of homicides by studying the profile of people who were victims of firearms. In order to reach this objective, data from the Map of Violence are used to identify the profile of the victims. In addition, it describes their growth from descriptive statistical analyzes, which allow exploring the specificities of this phenomenon in the Brazilian regions. The verification of the relationship between the use of firearms and offences was possible to identify the lack of agreement on the causal effect of firearms on offences. In particular, the Brazilian states highlighted a strong association between the use of firearms and homicides. Lastly, it can be seen that firearm victims have the same characteristics: men, young and black with a low-income economic level, and there is a need for further studies to assess the degree of cause-between guns and offences.

Keywords: Violence. Crime. Firearms. Causal effect. Map of violence.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Participação % masculina nos Homicídios por Armas de Fogo (HAF).....	31
Gráfico 2	– Taxas de Homicídios por AF (por 100 mil), por idade simples. Brasil. 2014*	33
Gráfico 3	– Taxas de HAF (por 100 mil). População < 1 a 14 anos e 15 a 29 anos por UF. Brasil. 2014*	34
Gráfico 4	– Vítimas de Homicídios por AF. Brasil.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Número de homicídios por AF: total de jovem (15 a 29 anos) – vitimização juvenil (%). Brasil, 1980/2014*	32
Tabela 2	– Estrutura dos óbitos por AF, segundo raça/cor e causa básica. Brasil, 2014*	35
Tabela 3	– Número e taxas de HAF (por 100 mil), segundo cor e UF/região. Brasil, 2003/2014*	36
Tabela 4	– Crescimento das taxas de HAF e vitimização negra. Brasil, 2003 e 2014*	37
Tabela 5	– Taxas de homicídio (por 100 mil) por AF, UF e Região. Brasil. 2004/2014*	41
Tabela 6	– Ordenamento das UFs pelas taxas de HAF. Brasil, 2000/2014*	43
Tabela 7	– Taxas de HAF (por 100 mil) nas Capitais. Brasil, 2004/2014*	44
Tabela 8	– Ordenamento das taxas de HAF nas capitais, pela posição em 2004. Brasil, 2004 e 2014*	45
Tabela 9	– HAF e taxas médias 2012-2014* de HAF (por 100 mil) nos 150 municípios com mais de 10.000 habitantes, com maiores taxas médias. Brasil, 2012-2014*	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Armas de Fogo
ATT	Tratado sobre Comércio de Armas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBC	Companhia Brasileira de Cartuchos
CCW	Concealed-Carry Weapons
CID	Classificação Internacional de Doenças
DATASUS	Departamento de Informática do SUS
DSN	Doutrina Brasileira de Segurança Nacional
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
ENGESA	Engenheiros Especializados S/A
EUA	Estados Unidos da América
HAF	Homicídios por Armas de Fogo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML	Instituto Médico Legal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MS	Ministério da Saúde
NCVS	National Crime Victimization Survey
NEV	Núcleo de Estudos de Violência
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SINARM	Sistema Nacional de Armas
SIPRI	Instituto Internacional de Estudos da Paz de Estocolmo
TCU	Tribunal de Contas da União
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECONOMIA DO CRIME E A REVISÃO DA LITERATURA SOBRE ARMAS DE FOGO E CRIME	13
2.1	O Modelo Becker	13
2.2	O efeito causal entre armas de fogo e crime: uma revisão da literatura	15
2.3	Evolução do consumo de armas de fogo no Brasil	19
2.3.1	O Estatuto do Desarmamento.....	19
2.3.2	O Comércio das Armas de Fogo no Brasil.....	21
3	METODOLOGIA	28
3.1	Fonte de Dados	28
3.2	Variáveis utilizadas	29
3.3	Limitações	30
4	O PERFIL DAS VÍTIMAS	31
4.1	Sexo	31
4.2	Faixa Etária	32
4.3	Raça	35
5	EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS POR ARMAS DE FOGO NAS UNIDADES FEDERATIVAS, CAPITAIS E MUNICÍPIOS: período de 2004 a 2014	38
5.1	Unidades Federativas	40
5.2	Capitais	44
5.3	Municípios	46
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o número de estudos e pesquisas a respeito da criminalidade que vem ocorrendo em nosso país tem aumentado. O debate sobre a criminalidade¹ no Brasil está a cada dia mais amplo devido ao aumento dos seus efeitos sobre a população brasileira². Os dados sobre mortalidade por armas de fogo³, foco do interesse contextual, expressaram que a taxa de homicídios por cem mil habitantes da população total por armas de fogo cresceu 278,43% entre o período de 1980 a 2010. Uma das causas desse problema seria a falta de controle do uso, da posse e da distribuição de armas de fogo.

A Ciência Econômica, no que lhe diz respeito, busca explicações para a criminalidade por parte do agente social, que, agindo de forma racional, compara os benefícios e os custos da ação ilícita, sendo que o indivíduo estaria disposto a cometer um ato ilegal caso os benefícios fossem maiores que os custos. Essa análise econômica do comportamento criminoso passou a ser propagada a partir do artigo "*Crime and Punishment: na economic approach*" do economista Gary Becker (1968). Após isso, foram publicadas sucessivas pesquisas, com o objetivo de identificar as causas do comportamento criminoso.

No que se refere ao porte de armas de fogo, as pesquisas tendem a debater duas vertentes: os que defendem que a disseminação de armas de fogo faz diminuir o tráfico, além de ser um direito de o cidadão ter o poder de se defender, na ausência do Estado. Do outro lado, outros autores afirmam que as armas de fogo são instrumentos de inclinação para o crime e multiplicação da violência para aqueles que a possuem.

A violência é um problema que afeta a vida de todos, influenciando direta e indiretamente na qualidade de vida dos cidadãos e causando medo e insegurança. As consequências da violência se estendem além do campo social, atingindo também a área econômica. Por exemplo, impactos no Turismo, pois os homicídios geram perda de capital humano⁴, sendo este importante para o crescimento e

¹ Inclui crimes contra a pessoa ou contra o patrimônio.

² Levantamento do Mapa da Violência 2015 mostra que 42.416 pessoas morreram em 2012 vítimas de armas de fogo no Brasil, o que equivale a 116 mortos por dia.

³ Informações obtidas a partir do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2017).

⁴ Segundo estimativas de Carvalho et al. (2007 apud SANTOS, 2012), os homicídios brasileiros reduziram em mais de nove bilhões de reais o estoque de capital humano disponível no Brasil em

desenvolvimento econômico.

De acordo com Santos e Kassouf (2008) o aumento da criminalidade também gera consequências como gastos públicos e privados no combate ao crime e ao comércio ilegal de armas, prejuízos materiais (crimes contra o patrimônio/propriedade), além da perda de novos investimentos ou a saída de existentes.

Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo geral descrever a relação do porte de armas de fogo e sua associação com a criminalidade. De outro modo, este estudo pretendeu levantar a seguinte pergunta: Afinal, o porte de armas de fogo faz com que tenhamos mais homicídios ou não no país?

A partir dessa indagação e com base na literatura nacional e internacional que aborda essa temática, buscam-se em um primeiro momento fazer uma revisão da literatura dos principais trabalhos e autores que debatem as duas vertentes: os que defendem e os que são contra o porte de armas de fogo.

Paralelamente a isso, houve empenho em analisar o perfil das vítimas envolvidas diretamente nesse âmbito. Posteriormente, pretendeu-se explorar a evolução dos crimes a partir de comparações dos índices de violência nas regiões do Brasil entre os anos de 2004 e 2014 correlacionados ao uso e porte de armas de fogo.

Além desta Introdução, esta pesquisa apresenta quatro outros capítulos. No segundo, fornece uma revisão sobre a opinião de alguns autores acerca dos prós e contras o porte de armas de fogo. Buscou-se no terceiro capítulo abordar as questões pertinentes à metodologia utilizada, onde são explicadas as variáveis utilizadas e as respectivas fontes. No quarto é demonstrado e analisado o perfil das vítimas por armas de fogo, com considerações relativas ao sexo, idade, raça e nível de renda.

O quinto capítulo analisa a evolução da taxa de homicídios nas regiões brasileiras e sua relação com o uso de porte de armas de fogo. Por fim, a seção Considerações Finais, a que traz as principais conclusões e resultados obtidos na pesquisa.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECONOMIA DO CRIME E A REVISÃO DA LITERATURA SOBRE ARMAS DE FOGO E CRIME

O objetivo deste capítulo é analisar a visão teórica sobre a causalidade entre o porte de armas de fogo e a prática do crime. Neste sentido, as pesquisas sobre as causas da criminalidade avançam em dois sentidos: um sobre as motivações individuais e o seguimento que ensejam as pessoas a entrar no campo criminoso e outra sobre as principais conexões entre as taxas de crime em face às mudanças nas culturas e nas organizações sociais (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004).

Em 1968, Gary Becker publicou o artigo “*Crime and punishment: an economic approach*” e, baseado em economia e criminalidade identificou que os agentes criminosos são racionais e suas ações são tomadas a partir do ganho ou não de benefícios em categorias ilícitas da economia. A teoria de Becker demonstra que foi um “[...] modelo microeconômico no qual os indivíduos decidem cometer ou não crimes, ou seja, fazem uma escolha ocupacional entre o setor legal e ilegal da economia” (ARAÚJO JÚNIOR, 2002, p. 3).

2.1 O Modelo Becker

Autores⁵ importantes do pensamento econômico se dedicaram a estudar um conjunto de diversos temas, o que nos permite levantar uma história de estudos sobre os temas de crimes e punições. Entre as teorias econômicas do crime, podemos destacar a do professor da Universidade de Chicago, Gary S. Becker (1968), que se baseou na aplicação de certos modelos econômicos para a explicação da criminalidade.

Em seu artigo, Becker (1968) inicia sua análise a partir da alocação de recursos públicos e privados para combater o crime, tanto na precaução quanto na prisão de criminosos e mostra uma relação entre a quantidade de recursos aplicados na prevenção. O princípio de Becker (1968) busca avaliar os prejuízos sociais causados por ações criminosas e definir um destino eficiente dos recursos e correção que diminuam esses prejuízos.

⁵ A investigação econômica sobre a criminalidade surgiu no final da década de 60 nos Estados Unidos com Fleisher (1963, 1966), Smigel-Leibowitz (1965) e Ehrlich (1967) (CONTI; JUSTUS, 2016).

O modelo criado por Becker (1968) descreve as relações entre: I) a quantidade de crimes e o custo das ocorrências criminais; II) a quantidade de crimes e as punições aplicadas a eles; III) a quantidade de ocorrência de crimes, prisões, sentenças e o dinheiro público aplicado em policiamento e órgãos jurídicos; IV) a quantidade de condenações e os gastos com prisões e por fim V) a quantidade de crimes e a despesa do setor privado em proteção e prisão.

Becker (1968) usou elementos econômicos para explicar as variáveis consideradas antes da tomada de decisão por indivíduos racionais para práticas de delitos. A principal característica desse estudo está na escolha realizada por esses mesmos indivíduos entre custos da prática delituosa e os benefícios esperados (expectativas de lucro). Segundo Cerqueira e Lobão (2004, p. 247), o pensamento de Becker pode ser resumido da seguinte forma:

A decisão de cometer ou não o crime resultaria de um processo de maximização da utilidade esperada, em que o indivíduo confrontaria, de um lado, os potenciais ganhos resultantes da ação criminosa, o valor da punição e as probabilidades de detenção e aprisionamento associadas e, de outro, o custo de oportunidade de cometer crimes, traduzido pelo salário alternativo no mercado de trabalho.

Em vista do exposto, a partir do entendimento de prazer e sofrimento analisados em Beccaria (1996, p. 27), quando afirma a carência de “[...] motivos suficientes para dissuadir o despótico espírito de cada homem de submergir às leis”; e em Bentham (1748-1832), ao afirmar a “maximização da utilidade”, Becker (1968) analisa que a escolha do indivíduo em relação ao crime envolve benefícios e custos. Essa afirmação deduz que o indivíduo mensura o seu interesse pessoal frente aos custos (chance de ser flagrado, condenado e cumprir de fato a pena) e isto poderá levá-lo a desistir da prática criminosa. O crime é, portanto, visto como uma atividade econômica como outra qualquer.

Becker (1968) define seu estudo a partir de um método para mensurar os efeitos negativos oriundos do crime e também os gastos para reduzir ou combater esses efeitos tanto na área pública como privada. Por exemplo, se o salário de uma relação empregatícia de um agente for menor que os benefícios adquiridos mediante crime e risco, o agente irá optar pela ação criminosa.

Para Becker (1968), a aplicação das punições através das penas de multa é uma forma eficiente de punição e distribuição melhor de recursos para a sociedade

para com o objetivo de reduzir os danos sociais. Para Campos (2008, p. 97), “[...] a pena pode ser considerada o preço de uma ofensa; as multas são preços em unidades monetárias e a prisão são preços em unidades de tempo”.

A mensuração das penas varia conforme o prejuízo final causado pelo ato litigioso. Por isso, o agente criminoso deve igualar os custos que suas ações causaram para a sociedade de acordo com uma análise externa.

A teoria econômica do crime expõe ainda limitações, entre outras podemos afirmar a grande diferença entre a visão de cada indivíduo em relação à prática do crime, a “oportunidade de escolha” entre cometer ou não cometer um crime, além das diversas realidades pessoais, sociais e econômicas dos agentes. No entanto, não se pode negar a influência dessa teoria na legislação brasileira, por exemplo, ao verificar a viabilidade de aplicação de multas altas ou até mesmo o ressarcimento de valores em crimes tributários. O artigo de Becker (1968) na elaboração dessa teoria ora analisado encorajou uma maior aproximação entre Direito, Economia e Sociologia.

Apesar da pesquisa de Becker (1968) ter demonstrado uma base econômica para o estudo do crime e de que políticas eficientes ao combate no crime determinam a aplicação eficiente dos recursos, contribuindo para o avanço da Ciência Econômica neste assunto, as variáveis a serem observadas no momento do criminoso escolher praticar um crime devem ser exploradas junto ao comportamento humano, tendo como auxílio o estudo de outras áreas direcionadas no comportamento para o crime.

2.2 O efeito causal entre armas de fogo e crime: uma revisão da literatura

O efeito causal do uso de armas de fogo sobre os crimes tem sido objeto de pesquisas por criminalistas, antropólogos e cientistas políticos ao longo dos anos. Segundo Cerqueira (2014), os homicídios podem ocorrer devido a distúrbios psíquicos ou biológicos relacionados a questões familiares, conflitos interpessoais e fatores de ordem estrutural como a renda e a desigualdade socioeconômica.

O referencial teórico para o efeito causal entre armas de fogo e crimes provém de estudos ou modelos teóricos de autores como Duggan (2001), Stolzenberg e D’Alessio (2000), Cook e Ludwig (1998) que, em suas justificativas, dentre outras, afirmam que a proliferação de armas entre civis: 1) aumenta as

chances de mortalidade para solução de conflitos violentos; 2) aumenta o controle de repressão do portador de armas, o levando a ter reações violentas para solução de conflitos e 3) o acesso fácil a armas de fogos representaria custos menores para o criminoso se fosse no contexto do comércio ilegal.

A partir da relação entre a posse de armas e homicídios nos Estados Unidos nas décadas de 1980 e 1990, Duggan (2001) afirma existir haver uma relação entre armas e violência, visto que se houver mais armas em circulação, as chances de embates interpessoais terminarem em morte aumentará.

Stolzenberg e D' Alessio (2000) usaram uma base de dados que lhes permitiu encontrar os crimes cometidos por jovens com uso de armas de fogo. Para caracterizar o uso de armas ilegais foram usados registros da polícia, e para mensurar armas legais, a quantidade de armas registradas. Utilizaram variáveis como a quantidade de armas legais e ilegais, variáveis socioeconômicas e demográficas e também o número de prisões. Dentre outras conclusões, constataram que os crimes violentos praticados por jovens tinha relação positiva com uso de armas adquiridas de forma ilegal.

Cook e Ludwig (1998) estudaram a relação entre o uso de armas com roubos e invasões a residências, com bases de dados alternativos, como por exemplo a National Crime Victimization Survey (NCVS). Chegou-se à conclusão de que manter armas em casa, ao contrário de gerar defesa oriundo do efeito dissuasão, aumentará a chance de roubos e invasões a residências, movido pela indução de se roubar uma arma.

Villaveces et al. (2000) analisaram as consequências de intervenções contínuas em duas cidades colombianas: Cali e Bogotá. As interferências resumem-se na proibição de armas em dias considerados com maior taxa de homicídios e circulação de capital, como, por exemplo, feriados e dias de pagamento. Concluiu-se que o plano reduziu o incidente de crimes com armas de fogo e de outros homicídios, mas não foi identificado o método pelo qual a intervenção agiu sobre a criminalidade: se pela proibição do porte de armas ou pelo fortalecimento do aparato policial. A partir disso, Villaveces et al. (2000) declarou que coibir o uso de armas pouca influência os criminosos mais “experientes”, impactando claramente o cidadão comum.

Magalhães (2006) declara que as políticas de compra de armas recaem sobre armas legalizadas que não são destinadas para uso ilícito que impacta um

criminoso “circunstancial” e evita “acidentes”, mas não produz efeitos diretos sobre a violência. Afirma, no entanto, que, havendo uma baixa na redução de armas legalizadas, haverá um choque sobre as armas ilegais, oriundas de roubo ou furto. Conseqüentemente, Magalhães (2006) relaciona que a criminalidade sofreria um efeito proveniente da carência de armas.

Em refutação a essas afirmações, autores como Kleck (1979), Lott Junior (1998) e Bartley (1999) defendem que pelo fácil acesso ao porte de armas de fogo a tendência é que os crimes diminuam (sobretudo os crimes contra o patrimônio), dado que a arma usada de forma defensiva pela vítima faria aumentar uma ação inesperada contra o agressor ao cometer crimes.

Kleck (1979) afirma que os acidentes ocorridos com armas de fogo têm a probabilidade de ocorrer em percentuais de 1/60.000, não sendo grande problema. Essa razão vem diminuindo ano após ano e atualmente corresponde a 5% de todas as mortes causadas e 1% de todos os acidentes fatais ocorridos nos Estados Unidos.

Lott Junior (1998) analisou as diferenças nas taxas de crime dos Estados americanos que adotaram e os que não adotaram a lei de *Concealed-Carry Weapons* (CCW) que permitia o uso de armas de acordo com o fundamento da luta contra o crime e da garantia da autoproteção. A pesquisa realizada em 3.054 municípios americanos, entre 1977 e 1992, verificou que os Estados que permitem CCW obtiveram uma baixa na criminalidade, pois pessoas armadas detinham os criminosos e estes, por sua vez, diminuam suas ações devido ao temor de que sua vítima esteja armada.

Bartley (1999) declara que a proibição do porte de armas de fogo não influenciaria a ocorrência de crimes, pois os criminosos não avaliam em usar armas ilegais, visto que estariam infringindo a lei de qualquer forma. Isso ocasionaria um aumento da criminalidade, em consequência do tráfico de armas para atender a este tipo de consumidor. Lott (1998) afirma também que a liberação do porte de armas de fogo pode diminuir a criminalidade devido à probabilidade de êxito do criminoso, uma vez que haveria um número maior de capacidade das vítimas armadas.

Segundo Kahn (2002), a política de regulamentação de compras de armas não mostra efeitos suficientes. De acordo com pesquisas, 78% das armas confiscadas pela Polícia brasileira são de origem nacional e produto de roubos, frustrando a tese de que a maior parte das armas usadas em crimes é oriunda do

tráfico e expondo que a redução de armas legalizadas é diretamente proporcional à diminuição de armas ilegais, o que poderia ocasionar a menor ocorrência de crimes (KAHN, 2002). Neste caso, a política de desarmamento agiria sobre a violência somente no longo prazo.

Segundo esses autores, o acesso à AF pela população pode gerar um efeito de diminuição de crimes, pois a ideia do criminoso de se deparar com uma vítima armada aumentaria as chances de defesa desta, gerando um efeito dissuasão⁶, que Viapiana (2006, p. 120) define como uma teoria em que “[...] o comportamento criminal dos indivíduos pode ser refreado pela estrutura de sanções, que podem ser legais ou extralegais”, isto é, o indivíduo reage conforme a lei é aplicada de forma eficiente evitando novos crimes com receio das punições.

Segundo pesquisa de Cardia (1999) do NEV (Núcleo de Estudos de Violência, da USP), os principais motivos para se portar armas são: 1) proteção contra crimes; 2) “se sentir forte” e 3) “fazer boa impressão com os colegas. Nesses dois últimos caso, trata-se de uma questão de superioridade que fomenta o inconsciente pessoal (KAHN, 2015).

Contudo, será que a arma de fogo realmente protege quem a usa ou aumenta o seu risco? Vários trabalhos acadêmicos têm sido desenvolvidos sobre o assunto. No entanto, no Brasil, poucas pesquisas foram feitas em que se tentou aproximar a relação causal entre armas de fogo e crimes. Ressalvam Cerqueira e de Mello (2012; 2013) que, utilizando dados do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS) para municípios do Estado de São Paulo, entre 2001 e 2008, além de dados mensais de crimes e homicídios, usando de metodologias quantitativas diferentes chegaram a duas conclusões: 1) o Estatuto do Desarmamento contribuiu para uma queda significativa no porte de armas de fogo nos municípios paulistas e 2) a baixa circulação de armas nessas localidades contribuiu para a queda na taxa de homicídios. Essa pesquisa nos leva a afirmar que “[...] o criminoso não responde a dissuasão pela vítima armada e sim a outros fatores relacionados as oportunidades e restrições relacionados ao mercado criminal.” (CERQUEIRA, COELHO; SIQUEIRA, [2014], p. 2).

⁶ Segundo Góes (2015, s/p), efeito dissuasão de violência das armas é: “[...] com armas legalizadas, o acesso a elas pela população civil será maior e a incerteza sobre se os civis vítimas de crimes estarem armados aumentará. Com isso o risco para o criminoso também aumenta e, sendo ele avesso ao risco, ele tenderá a cometer menos crimes.”

Apesar de vários estudos sobre o tema, a conclusão é que ainda não se atingiu um entendimento acerca do efeito causal das armas de fogo sobre crimes. O estudo empírico sobre a relação causal entre armas de fogo e violência, no entanto, é um assunto que requer ainda muitos estudos devido ao fato de se ter poucos dados disponíveis e também do obstáculo em formular métodos de forma mais expressivos⁷.

2.3 Evolução do consumo de armas de fogo no Brasil

Feitas essas considerações, nesta primeira seção se estabeleceu as medidas adotadas pelo Estado para a criação de uma política de regulamentação sobre o uso de armas através do Estatuto Desarmamento. Na segunda seção também é apresentado o início do comércio de armas no Brasil, passando pelo período da ditadura militar, até os dias atuais.

2.3.1 O Estatuto do Desarmamento

As Políticas Públicas na área de segurança que visavam o desarmamento começaram a ser levantadas em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de solucionar o aumento da criminalidade no país.

Em 1997, tornou-se crime o porte de armas, até então considerado somente como contravenção penal, e a rigidez para compra e porte de armas foi intensificada. Foi criado o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) onde seriam arquivados os dados sobre armas de fogo pelas unidades da Federação ligadas as suas específicas Secretárias de Segurança Pública.

A política de desarmamento foi intensificada pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva através da Lei 10.823/03, mas conhecida como Estatuto do Desarmamento, aprovada com o objetivo de alavancar a queda nos índices de criminalidade. Deu-se início, a campanhas, promovidas pelo Estado, quando foram entregues mais de 570 mil armas de fogo voluntariamente. No entanto, apesar do Governo Federal e algumas ONGs declararem que essa medida colaborou para a

⁷ Segundo Cerqueira (2014, p. 94), essa falta de acordo é oriundo “[...] de dificuldades relativas às metodologias envolvidas, que passam pela busca de uma medida confiável de prevalência de armas de fogo nas cidades, além dos clássicos problemas de simultaneidade e de variáveis omitidas”.

redução do número de homicídios, dados oficiais mostram o contrário.

Em uma análise de estudo sobre o impacto do estatuto no seu primeiro ano de vigência feito entre a UNESCO (BRASIL, 2005) em parceria com os Ministérios da Saúde e Justiça conclui-se que

A estratégia do desarmamento, em seu primeiro ano de vigência, não só anulou a tendência de crescimento anual de 7,2% pré-existente, mas também originou uma forte queda de 8,2% no número de óbitos registrados em 2003, e devido a isso, é possível sustentar que o impacto do desarmamento foi uma queda de 15,4% no número de mortes por armas de fogo no País. (WAISELFISZ, 2016, p. 9).

No primeiro ano em vigor, em 2004, o Estatuto do Desarmamento diminuiu o número de assassinatos por arma de fogo no Brasil de pouco mais de 20 para 19 casos para cada grupo de 100 mil habitantes. O diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Daniel Cerqueira, foram comparados os índices de violência em regiões que conseguiram diminuir o número de armas com civis com aquelas onde a quantidade de armas permaneceu com a população. A conclusão foi que os lugares onde mais armas foram apreendidas apresentaram taxas de homicídio até oito vezes menores (BRASIL, 2015).

Segundo dados do Mapa da Violência 2016, referente à violência no país:

Entre 1980 e 2014, morreram perto de 1 milhão de pessoas (967.851), vítimas de disparo de algum tipo de arma de fogo. Nesse período, as vítimas passam de 8.710, no ano de 1980, para 44.861, em 2014, o que representa um crescimento de 415,1%. Temos de considerar que, nesse intervalo, a população do país cresceu em torno de 65%. Mesmo assim, o saldo líquido do crescimento da mortalidade por armas de fogo, já descontado o aumento populacional, ainda impressiona pela magnitude. (WAISELFISZ, 2016, p. 15).

A redução da circulação de armas de fogo ao longo desse período não foi capaz de reprimir, o ilícito uma vez que seu número cresceu nesta mesma época. Ainda segundo dados do Mapa da Violência de 2016, o Brasil é o décimo país mais violento do mundo com uma taxa de 20,7 homicídios por cada 100 mil habitantes. (WAISELFISZ, 2016).

A Organizações das Nações Unidas (ONU), através de um amplo e detalhado estudo, por meio do *Global Study on Homicide* (2011 apud ANIAM, 2016), reconheceu que não se pode demonstrar uma relação direta entre a obtenção legal de armas pela população e o aumento do índice de homicídios, pois as armas

usadas na maioria desses casos são de origem ilegal fruto do crime organizado, onde a lei não possui valor.

Atuando desde 2003, o Estatuto do Desarmamento proíbe o porte de armas por civis, exceto quando o cidadão comprovar que sua vida está sendo ameaçada. Podem portar armas, por outro lado, agentes de segurança pública, integrantes das Forças Armadas, policiais, agentes de inteligência e de segurança privada.

O porte de armas é uma autorização dada pela Polícia Federal e para solicitá-la, o cidadão deverá responder a todas as exigências e comprovar a real necessidade de seu uso. Algumas das exigências são: ter, no mínimo, 25 anos de idade; comprovar idoneidade e inexistência de inquérito policial ou processo criminal, por meio de certidões de antecedentes criminais fornecidos pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral; comprovar ocupação lícita (exemplo: contracheque), comprovar residência, comprovar capacidade técnica para o manuseio de arma de fogo (teste de tiro) e aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo (teste psicológico), etc. O direito ao porte da arma dá licença mantê-la, exclusivamente, em casa ou no local de trabalho, desde que o proprietário seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa.

Dessa forma, o Estatuto do Desarmamento tem sido objeto de projetos de lei, na área legislativa, para dar maior eficiência aos seus objetivos. As mudanças na lei visam excluir argumentos que dificultam o acesso do cidadão as armas de fogo e a inclusão de categorias de profissionais na lista daqueles a que se permite o porte de armas de fogo. Apesar dos avanços promovidos pelo Estatuto, o comércio de armas no Brasil ainda tem um mercado ativo com grande movimentação, inclusive voltada para o exterior e que será analisado na próxima seção.

2.3.2 O Comércio das Armas de Fogo no Brasil⁸

A indústria interna de armas no Brasil iniciou-se no século 20, com origem nos anos 30 paralelo ao processo de substituição de importações. Antes desta época, o Brasil dependia das importações, em quase sua totalidade dos EUA e da Europa.

⁸ Seção com informações baseadas no texto “A Indústria Brasileira de armas leves e de pequeno porte: Produção Legal e Comércio” de Dreyfus, Lessing e Purcena (2005).

A indústria de armas de pequeno porte teve seu progresso e desenvolvimento na história política do Brasil no século 20 e também no regime militar entre 1964 e 1985. No final do século 19, originaram-se levantes militares fortes e centralizados, como, por exemplo, a guerra do Paraguai (1865-1870) e o estabelecimento da República através de um golpe militar (1889), que traziam consigo uma necessidade aparente de autonomia de armas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, cientistas econômicos e políticos formularam princípios que, anos depois, seriam conhecidos como a Doutrina Brasileira de Segurança Nacional (DSN), um projeto amplo que atrelava crescimento econômico, industrialização e a criação de uma indústria de armas como alicerce para o desenvolvimento nacional. Na época, a formação de um complexo industrial no país serviria para fortalecer as Forças Armadas e a independência em relação aos Estados Unidos e a Europa e também trazendo novas tecnologias com efeitos positivos sobre a indústria brasileira em geral. Essa doutrina foi implementada de fato no auge do governo militar em 1964, no entanto, suas características, como, por exemplo, protecionismo, transferência de tecnologias e substituição de importações já eram adotadas nos governos Vargas e Kubitschek (1956-1961).

Atualmente, a indústria brasileira de armas de pequeno porte tem como referência duas empresas: Forjas Taurus S.A. e a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), ambas possuem negócios com instituições brasileiras de Defesa e Segurança pública. A outra empresa, de origem pública, a IMBEL, gerenciada pelo Ministério da Defesa com forte ligação com o Exército, responsável pela fabricação de armas e munições militares. Essas três empresas foram responsáveis por estabelecer o Brasil como um exportador e produtor médio de armas de pequeno porte.

As políticas econômicas com característica protecionista no período do regime militar (1964 e 1985) foram as que construíram a base da indústria variada e voltada para o comércio exterior na atualidade. Desde o seu início, o regime militar aumentou e diversificou o protecionismo para a indústria nacional de armas o que favoreceu as armas leves de pequeno porte, para onde o regime buscava autossuficiência. Teve como referência a chamada Doutrina de Segurança Nacional, onde se incluiria a indústria de defesa como responsável pelo crescimento econômico e tecnológico e também para demonstrar a força nacional. A conclusão foi que o desenvolvimento do país, inclusive das empresas privadas, estava sujeito à

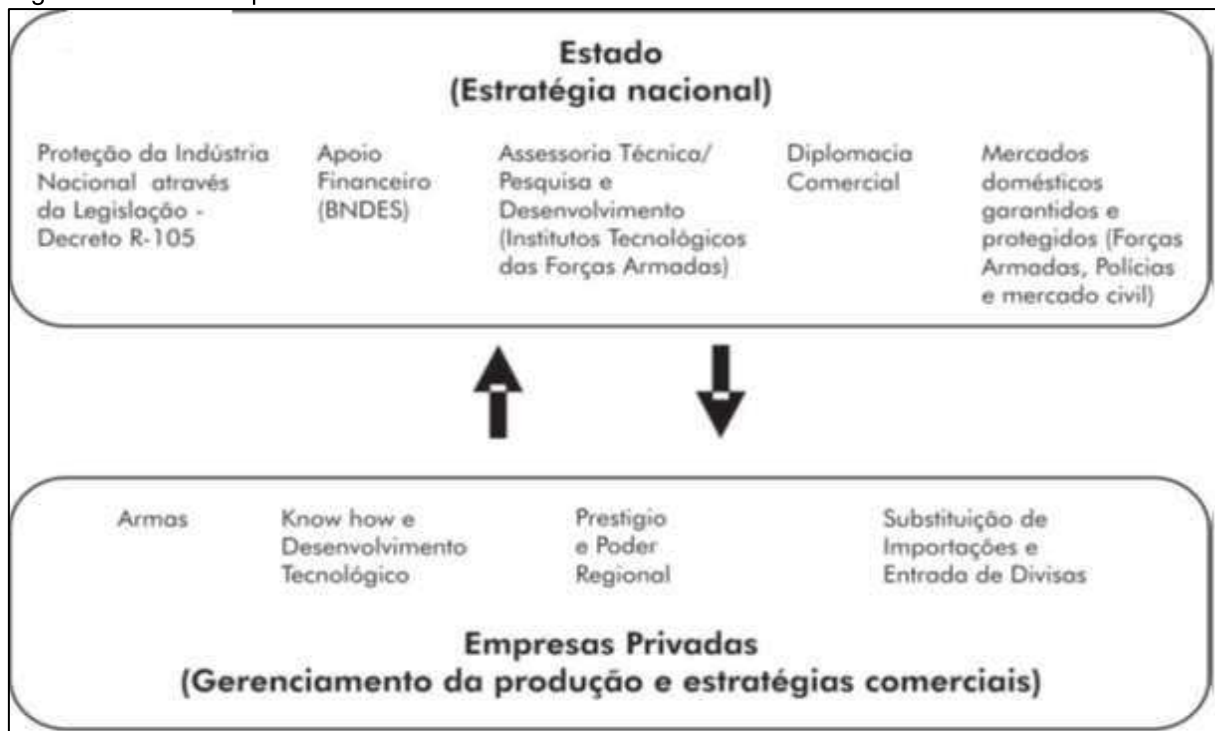
estrutura de defesa do Estado.

Técnicos civis e militares, formados nas instituições de ensino das Forças Armadas, foram transferidos para empresas privadas como a ENGESA (transporte militar e veículos blindados de transporte) e EMBRAER (aviões civis e militares). O governo militar incentivava acordos e negociações para transferência de tecnologias entre empresas privadas com empresas estrangeiras.

No caso das indústrias de armas de pequeno porte, a transferência de tecnologia estrangeira para o Brasil possibilitou a produtores estrangeiros a compra de empresas brasileiras, para, depois de certo tempo, repatriá-las. Foi o caso da Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), a principal empresa privada nacional de munições, que, em 1936, foi comprada pela *Remington Arms Company and Imperial Chemical Industries*, para depois ser repatriada em 1980 com ajuda financeira de bancos estatais. De forma semelhante a essa transação comercial, no início dos anos 70, a Forjas Taurus foi vendida para a Smith e Wesson e, em 1977, comprada por acionistas brasileiros.

Conforme figura abaixo, ocorreram significativas trocas de recursos e tecnologias entre o setor público e privado:

Figura 1 – Fluxos Importantes entre Estado e o Setor Privado de Armas



Fonte: Dreyfus, Lessing e Purcena (2005)

O Estado provê o seguinte: proteção contra a competição estrangeira através de legislação, apoio financeiro e facilidades para empresas nacionais de defesa; consultoria técnica e apoio à pesquisa e desenvolvimento, principalmente através dos institutos tecnológicos das Forças Armadas; diplomacia comercial para a promoção de exportações e demanda do mercado interno através das Forças Armadas, e através de mercados policiais e civis protegidos no caso específico das armas de pequeno porte.

Em troca, as empresas privadas proveem: armas, novas capacidades e desenvolvimento tecnológico, prestígio internacional e poder militar regional; substitutos para importações ajudando a balança comercial e receita e, no caso das exportações, reservas em moeda estrangeira.

Com essas políticas e o bom momento no “milagre econômico”, a indústria de armas de pequeno porte se beneficiou. Logo nos anos 80, com a guerra Irã-Iraque, a indústria brasileira de armas cresceu a curto prazo, exportando equipamento militar pesado para o Oriente Médio.

Com o fim do regime militar, algumas características da sociedade entre o Estado e a indústria privada de armas promovidas durante a ditadura desapareceram, enquanto outras surgiram. O Estado deixou de ter o fortalecimento da indústria de armas como fator para mostrar seu poderio, porém, passou a influenciar em assuntos nacionais relacionados à Segurança pública.

A produção de armas de pequeno porte no Brasil tem aumentado constantemente com o passar dos anos, principalmente no período do regime militar (1974-1985), chegando ao valor anual de US\$ 100 milhões por ano. A CBC tem o domínio do mercado da produção de munições de uso civil e fabrica apenas uma pequena linha de rifles e espingardas de caça. A Taurus fabrica a grande parte das armas de pequeno porte no Brasil, e possui quase o domínio do mercado interno de armas curtas de uso civil.

Segundo o relatório as Armas e o Mundo, elaborado pela organização *Small Arms Survey* (ALESSI, 2013), que acompanha os conflitos armados e o comércio de armas de fogo no mundo, informa-se que o Brasil é o quarto exportador de armas leves do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, Itália e Alemanha.

O relatório identificou que, entre 2001 e 2012, o país exportou 2,8 bilhões de dólares (374 milhões apenas em 2012) em armas, deixando para trás líderes no

setor como a Rússia e a China, que possuem o maior exército uniforme do mundo. O relatório também informou que, dentre os quatro exportadores de armas, o Brasil é o único que não transparece lisura em suas transações de armamento, isto é, o país não fornece à ONU seus recibos e contratos de venda, não se tendo informações da quantidade que está sendo vendida, para qual destino e com que objetivos. (ALESSI, 2013).

Na prática, isso deixa espaço para que exista a possibilidade de que os armamentos vendidos pelo Brasil estejam sendo adquiridos por países em guerra ou que desrespeitem os direitos humanos. A outra perspectiva seria que o Brasil venderia para terceiros, e estes transferem essas armas para milícias, grupos terroristas ou governos ditatoriais. O Brasil é participante do Tratado sobre Comércio de Armas (ATT), que onde gerencia o comércio de armas no mundo e coíbe o deslocamento ilegal. A legislação ainda não foi aprovada. Na maioria das pesquisas, o *Small Arms Survey* tem que usar dados declarados pelos importadores para realizar sua avaliação anual.

Em 2011, o Brasil foi o 4º maior exportador de armas leves, atrás apenas de Estados Unidos, Itália e Alemanha. Na escala de armas pesadas, o Brasil ocupa o 14º lugar, de acordo com o Instituto Internacional de Estudos da Paz de Estocolmo (SIPRI) (SANTINI; VIANA, 2012). Em ambos os casos, a liderança é dos Estados Unidos. A hegemonia americana sobre exportações de armas de pequeno porte é maior entre armas de fogo e peças, enquanto a América Latina se torna cada vez mais uma compradora de munições.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, as vendas de armas brasileiras para a Arábia Saudita cresceram cerca de 235 vezes nos últimos cinco anos (CISCATI, 2016). Em 2015, as importações feitas pela Arábia Saudita, entre janeiro e outubro, fizeram do país o segundo maior destino de armas leves brasileiras, ficando atrás somente dos EUA, o seu maior cliente. Nessa época, o Brasil exportou para os sauditas cerca de R\$109,6 milhões em armas.

O Brasil e a Argentina foram os dois países que formaram seu complexo militar durante o mesmo período histórico. No entanto, o Brasil (em parte, devido a sua gestão em conciliar o setor público e privado), conseguiu estabelecer um mercado exportador de “[...] equipamentos (militares) relativamente simples, baratos e fáceis de manejar”, como diz Franko-Jones (1992, p. 195).

O comércio de armas por empresas brasileiras nos remete aos três principais mercados que estas companhias servem: mercado civil doméstico, poder público (forças armadas e polícias) e mercado externo (exportação).

Segundo Krause (1995), a estrutura da fabricação e o comércio de armas entre países ocorrem da seguinte forma: fornecedores de Primeira Linha são os que originam inovações tecnológicas; fornecedores de Segunda Linha são os que fabricam através da expansão tecnológica e se adequam às necessidades do mercado; fornecedores de Terceira Linha são os que copiam e imitam tecnologias já existentes, no entanto, não dominam os processos anteriores ao da produção; clientes fortes que, através de transferência, obtêm e usam armas e clientes fracos que obtêm armas atuais e não podem usá-las ou nem chegam a adquiri-las.

As transferências e a fabricação de armas possuem três incentivos: a busca de poder, a busca de riqueza e vencer as Guerras (KRAUSE, 1995). Em relação aos países subdesenvolvidos, existem outros incentivos para o comércio e fabricação de armas: estabelecer um abastecimento constante de armas para encerrar ameaças à segurança; passar a imagem real de poder para as outras nações; atração de investimentos para o crescimento econômico e substituir os produtos importados por nacionais para que haja saldo positivo na balança de pagamento. Em relação ao Brasil, podemos incluir: construir a Nação e o Estado e materializar uma hegemonia na região.

No Brasil, apesar da maior parte da comercialização de armas é para uso policial e civil. Então podemos considerar também o que afirmou o *Small Arms Survey* (2003, p.21):

Embora o mercado civil forme, certamente, a maior parte do negócio de armas leves no mundo, responsável por mais de 80% da produção anual, são as inovações do mercado militar que geralmente definem o que há de mais avançado na tecnologia de armas leves.

Essas aplicações de tecnologias militares na área de armas para o consumo civil permite-nos fazer uma correspondência com os princípios teóricos de Krause (1995) para fabricação e comércio militar no mercado de armas de pequeno porte. A empresa Taurus, maior fabricante e exportadora de armas, deslançou nos anos 90 as principais inovações em armas militares na fabricação de armas de porte civil, tais como travas de segurança confiáveis, produção de modelos mais leves e

compactos, uso de materiais à base de polímero e introdução de materiais leves como o titânio e compósitos.

O ex-ministro da defesa, sr Nelson Jobim (2007-2011), durante o governo Lula, foi um dos principais defensores do fortalecimento da indústria de armas, que teve uma baixa quando deixou de exportar para o Iraque, no final da década de 80. Sob sua gestão foi decretada, em 18 de agosto de 2008, a Estratégia Nacional de Defesa que tinha como principais pontos o desenvolvimento da indústria de armas, através da preferência de compras de produtos nacionais para as forças armadas e estímulos à exportação.

Conforme Santini e Viana (2012) as linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) são semelhante às já oferecidas em outras atividades. Entre 2009 e 2011, o BNDES fez empréstimos no valor de R\$ 71 milhões para empresas no setor. A maior beneficiária foi a CBC – Companhia Brasileira de Cartuchos, seguida pela Forjas Taurus SA.

A indústria de armas no Brasil não informa o quanto produz e o Governo não dispõe de nenhum banco de dados com essas informações. Quando se trata de dados sobre comércio com países do exterior, a clareza é ainda menor, pois não há nenhum tipo de relatório anual sobre exportação de armas.

Conforme o desempenho dessa atividade nos anos recentes, faz-se necessária uma melhor análise acerca das especificidades desse setor. Conclui-se que, havendo associação entre a proliferação de armas de fogo e o aumento da violência, tratada em outra parte desta pesquisa, o Brasil foi prejudicado devido ao sucesso das empresas armamentistas e de seu comércio. A seção subsequente expõe algumas considerações acerca das características da base de dados utilizadas na pesquisa.

3 METODOLOGIA

3.1 Fonte de Dados

Como discorrido na parte introdutória, o objetivo deste capítulo é interligar diferentes bases de dados, as quais identificam elementos das vítimas por armas de fogo e informações sobre homicídios praticados nas regiões brasileiras no período em questão. Esta pesquisa faz um paralelo com apoio de registros governamentais que contém elementos específicos dessas vítimas e informações de homicídios ocorridos entre 2004 e 2014.

A base utilizada para informações sobre crimes relacionados ao uso de armas de fogo associa dados de diferentes fontes para os diversos municípios brasileiros. Os aspectos referentes ao número de homicídios causados por porte de armas de fogo e projeções populacionais foram apurados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde (MS). A base do SIM, declarada de alta confiabilidade, segue a classificação internacional de doenças da OMS. Seus dados são apurados em todo o Brasil desde 1979 pela área da saúde pública.

Importante ressaltar algumas questões relacionadas à carência de informações sobre os homicídios. Estudos nesse assunto identificam obstáculos para se nomear ou escolher uma variável que possa expor de modo confiável a criminalidade, pois esta abrange diferentes delitos que, na maioria das vezes, os registros são incapazes de calcular.

Por se tratar de estatísticas derivadas de registros policiais, os dados oficiais revelam apenas a parte da criminalidade que é efetivamente comunicada as autoridades competentes, com o devido registro. Ou seja, subestimam o verdadeiro nível de ocorrências criminais. O sub-registro de crimes que ocorre com maior ou menor intensidade dependendo das características da localidade, sendo, em geral, maior nos casos de crimes de roubo, furto, extorsão, agressão física, extorsão mediante sequestro e estupro. (SANTOS; KASSOUF, 2012, p. 310-311).

A subnotificação de crimes é incompatível entre os diferentes crimes e pode, inclusive, variar ao longo do tempo, pois “[...] aumenta ou diminui a depender da percepção da população quanto à qualidade e confiabilidade da polícia, que é uma variável não observada. Neste caso, o problema da subnotificação levaria a

estimativas enviesadas e inconsistentes” (CERQUEIRA; MELLO, 2012, p.14). Devido a estes fatores, e à variação do sub-registro, é importante escolher um tipo de delito onde há pouca subnotificação e dados mais precisos, descartando-se roubos, furtos, lesões dolosas e etc.

Para mensurar e retratar a criminalidade, a variável adotada foi a taxa de homicídios. Os crimes letais devem ser devidamente registrados conforme Lei nº 6.015, de 31/12/1973 (com as alterações introduzidas pela Lei nº 6.216, de 30/06/1975).

Pela legislação vigente no Brasil (Lei nº 015, de 31/12/73, com alterações introduzidas pela Lei nº 6.216, de 30/06/75), nenhum sepultamento pode ser feito sem a certidão de óbito correspondente. Esse registro deve ser feito à vista de Declaração de Óbito, expedida por médico ou, na falta de médico na localidade, por duas pessoas qualificadas que tenham presenciado ou constatado a morte. A Declaração normalmente fornece dados de idade, sexo, estado civil, profissão, naturalidade e local de residência. Determina igualmente que o registro do óbito seja sempre feito “no lugar do falecimento”, isto é, onde ocorreu a morte. (WAISELFISZ, 2013, p. 6).

A obtenção de informações sobre a taxa de homicídios em cada unidade federativa se deu através da relação dos registros do SIM com as estimativas anuais da população residente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, permitindo a formação das taxas de homicídios por armas de fogo.

3.2 Variáveis utilizadas

Os homicídios causados por armas de fogo foram registrados no Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. No caso de morte por causas não naturais ou externas (suicídios, homicídios, acidentes, etc.), que faz parte do nosso estudo, em lugares que possui Instituto Médico Legal (IML), a declaração de óbito deve ser preenchida por médico legista ou, na sua ausência, por legista eventual, investido pela autoridade judicial ou policial.

As causas da Morte são classificadas, conforme a décima revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID – 10) da Organização Mundial da Saúde (OMS), relacionadas a armas de fogo.

Para comparações internacionais, foram usados os registros de mortalidade da OMS, sob cuja comparação tem como alicerce o nosso SIM, e em ambas os registros conciliados, possibilitando confronto de dados.

3.3 Limitações

Esta pesquisa está subordinada a um conjunto de limitações, à metodologia e à escolha das variáveis. O estudo contou com algumas pesquisas que tentam avaliar ou classificar esse fenômeno. Os dados existentes sobre o assunto são considerados inacabados e pouco confiáveis por especialistas das áreas de Criminalidade e Segurança Pública.

A pesquisa também se utilizar de estatísticas descritivas para análise da relevância entre criminalidade e armas de fogo e, para obtenção dessa conexão, faz-se uso de uma variável: a taxa de homicídios, por apresentar maior confiabilidade em virtude da menor subnotificação.

Não existe um banco de dados formal sobre o número de armas que circulam no País, sendo usadas somente estimativas extraoficiais. As empresas fabricantes de armas, baseando-se em concepções relacionadas à segurança do país, fornecem poucas informações sobre suas negociações nacionais e internacionais.

As informações fornecidas pelo Sistema de Registro de Óbitos também estão sujeitas a limitações na ordem quantitativa (sub-registro) e qualitativa (erros na classificação do óbito), também reconhecidas pelo próprio Ministério da Saúde, ocasionando um encolhimento no número de óbitos revelados.

Apesar dessas observações, este estudo tem como objetivo de iniciar o debate sobre o porte de armas de fogo, sua amplitude, crescimento e consequências sobre a sociedade, além de suas relações de causa-consequência, principalmente com a criminalidade. A finalidade é apresentar uma tendência ainda não discutida e formar questionamentos para futuras pesquisas.

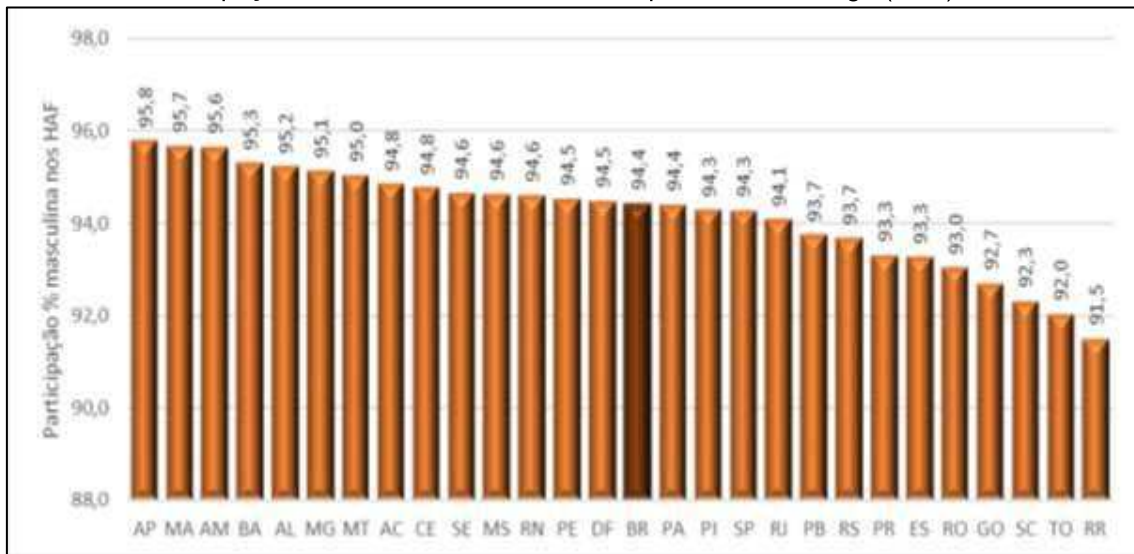
4 O PERFIL DAS VÍTIMAS

A partir desses esclarecimentos, pode-se estudar e analisar o perfil das vítimas que foram alvos de armas de fogo, enfatizando-se as características sociais e econômicas extraídas do Mapa da Violência através de dados fornecidos pelo Ministério da Saúde.

4.1 Sexo

Esta primeira categoria analisa o sexo e a conclusão a que chegamos; a partir desse gráfico é que a grande maioria das vítimas de homicídios por armas de fogo é metade com predominância masculina: 94,4% da média nacional.

Gráfico 1 – Participação % masculina nos Homicídios por Armas de Fogo (HAF)



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016 (WAISELFSZ, 2016).

*2014: dados preliminares.

Segundo a pesquisadora Luciana Phebo (2005), se, por um lado, as armas de fogo são usadas e tem como grande maioria de vítimas pessoas do sexo masculino, são as mulheres que sofrem as consequências - ficam viúvas, órfãs e sem irmãos ou filhos.

Phebo (2005) afirma que a falta de visão para a realização pessoal, social e profissional, dificultando a realização de sonhos, produz um sentimento de fraqueza e baixa autoestima que termina em levar homens jovens à violência

armada como forma de viver. Se o fator “valorização da vida” fosse mensurado, com certeza, este estaria inversamente proporcional relacionado com as taxas de morte por arma de fogo.

4.2 Faixa Etária

Segundo pesquisa do Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2016), desde 1998, a principal vítima de armas de fogo no Brasil são os jovens. Na idade entre 15 a 29 anos, o crescimento de mortes foi maior do que no resto da população.

Tabela 1 – Número de homicídios por AF: total de jovem (15 a 29 anos) – vitimização juvenil (%). Brasil, 1980/2014*

Ano	Vítimas		Vitim.	Ano	Vítimas		Vitim.
	Total	Jovem	Juvenil		Total	Jovem	Juvenil
1980	6.104	3.159	51,8	2000	30.865	18.252	59,1
1981	6.452	3.325	51,5	2001	33.401	19.800	59,3
1982	6.313	3.118	49,4	2002	34.160	20.567	60,2
1983	6.413	3.215	50,1	2003	36.115	21.755	60,2
1984	7.947	4.061	51,1	2004	34.187	20.827	60,9
1985	8.349	4.482	53,7	2005	33.419	20.336	60,9
1986	8.803	4.750	54,0	2006	34.921	20.939	60,0
1987	10.717	5.711	53,3	2007	34.147	20.546	60,2
1988	10.735	5.760	53,7	2008	35.676	21.475	60,2
1989	13.480	7.513	55,7	2009	36.624	21.912	59,8
1990	16.588	9.193	55,4	2010	36.792	21.843	59,4
1991	15.759	8.560	54,3	2011	36.737	21.594	58,8
1992	14.785	7.718	52,2	2012	40.077	23.867	59,6
1993	17.002	9.317	54,8	2013	40.369	23.984	59,4
1994	18.889	10.455	55,3	2014*	42.291	25.255	59,7
1995	22.306	12.168	54,6	Total	830.420	481.683	58,0
1996	22.976	12.428	54,1	Δ % 1980/2003	491,7	588,7	16,4
1997	24.445	13.680	56,0	Δ % 2003/2014*	17,1	16,1	-0,9
1998	25.674	14.643	57,0	Δ % 1980/2014*	592,8	699,5	15,4
1999	26.902	15.475	57,5				

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016. (WAISELFISZ, 2016).

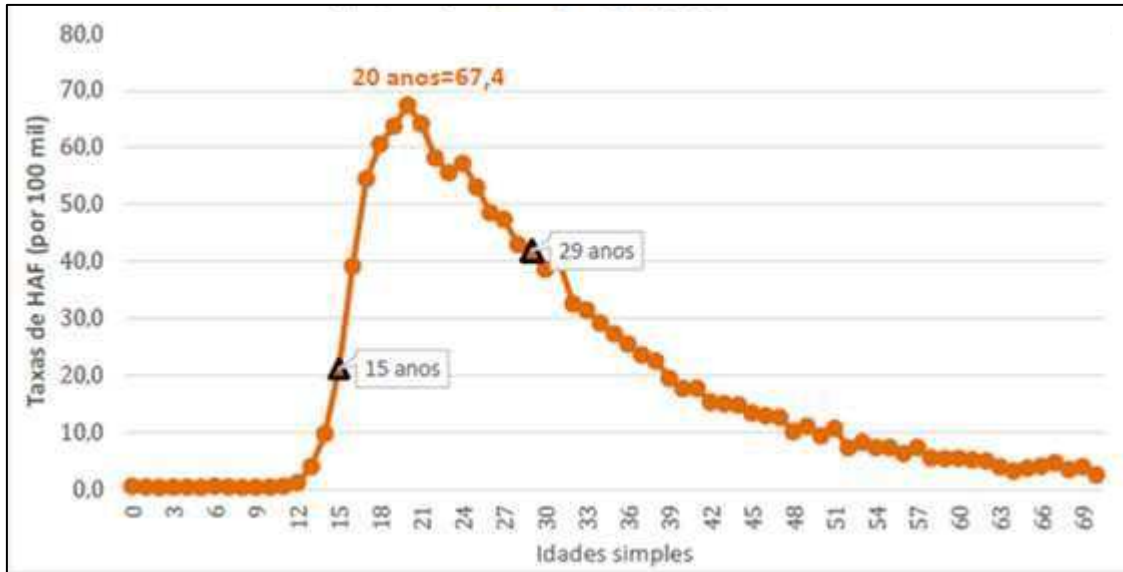
*2014: dados preliminares

A partir da tabela acima, analisando-se o conjunto da população, o número de homicídios por armas de fogo em 1980 era de 6.104, aumentou para 42.291 em 2014: um crescimento de 592,8%. No entanto na faixa jovem, este aumento foi maior: em 1980, de 3.159 homicídios por armas de fogo aumento para

25.255, em 2014: crescimento de 699,5%.

Segundo registros do IBGE (WASELFISSZ, 2016), os jovens de 15 a 29 anos, no período analisado, representavam, aproximadamente, 26% da população geral do país. No entanto, a participação de jovens no total de homicídios por armas de fogo mais que duplicou o peso demográfico dos jovens: 58%.

Gráfico 2 – Taxas de homicídios por AF (por 100 mil), por idades simples. Brasil.2014*



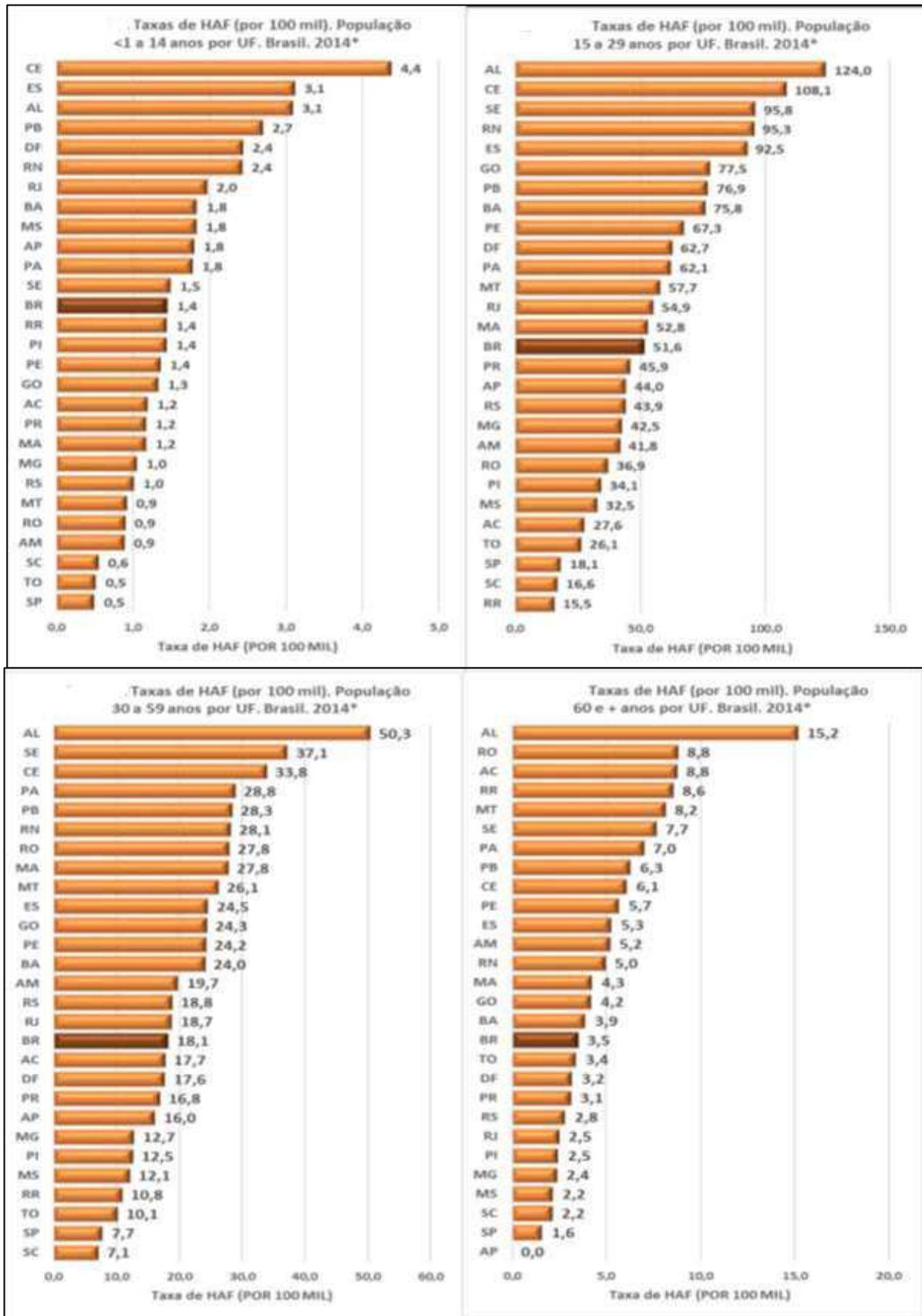
Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016. (WASELFISSZ, 2016).

*2014: dados preliminares

Analisando-se o gráfico acima, percebe-se que a ocorrência de mortes entre os jovens é maior no topo dos 20 anos de idade, quando os homicídios por armas de fogo chegam ao patamar notável de 67,4 mortes por 100 mil jovens. Porém, o início na vida do crime se inicia aos 13 anos de idade quando a taxa de homicídio por armas de fogo passa de 1,1 aos 12 anos para 4,0 aos 13 anos, aumentando a ocorrência de mortes e se desenvolvendo de forma progressiva até os 20 anos de idade.

Para Phebo (2005), o jovem nesse âmbito possui como características intrínsecas: a falta de controle sobre os impulsos, a necessidade de experimentação e a sensação de insegurança que, paralelos aos fatores de baixa autoestima e impotência, fazem da população de homens jovens com maior risco de ser morta por armas de fogo. De acordo com Waiselfisz (apud PORTAL BRASIL, 2015, s/p), “[...] a diminuição da maioria penal vai incentivar drasticamente o nível de violência”. Segundo ele, um adolescente preso por uma infração menor poderá sair mais influenciado a cometer crimes graves, tais como homicídio.

Gráfico 3 – Taxas de HAF (por 100 mil). População <1 a 14 anos e 15 a 29 anos por UF. Brasil. 2014*



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016 (WAISELFSZ, 2016).

*2014: dados preliminares

4.3 Raça

As fontes para análise sobre a questão da raça das vítimas de armas de fogo são poucas e insuficientes. Os registros utilizados pelo Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2016) foram extraídos do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) que a partir de 1996 passou a integrar o indicador raça/cor com preceitos relativamente homogêneos.

A fontes usadas para mensurar a população por raça para se obter as taxas, em primeiro lugar, são os censos demográficos feitos pelo IBGE. A extração dessa informação é coletada através da autotranscrição do entrevistado, que deve optar uma dentre cinco opções: Branca, Parda, Amarela ou Indígena. Em segundo lugar, tomando-se como registro as declarações de óbitos, fonte para mortalidade, a distribuição é feita por um agente externo ou uma documentação já existente, utilizando as mesmas regras de classificação do IBGE.

Tabela 2 – Estrutura dos óbitos por AF, segundo raça/cor e causa básica. Brasil, 2014*

Raça/Cor	N.					%				
	Acidente	Suicídio	Homicídio	Indeterm.	Total	Acidente	Suicídio	Homicídio	Indeterm.	Total
Branca	104	569	9.766	296	10.735	28,0	59,5	23,1	23,8	23,9
Preta	21	37	3.459	155	3.672	5,6	3,9	8,2	12,5	8,2
Amarela	0	4	61	1	66	0,0	0,4	0,1	0,1	0,1
Parda	233	324	26.354	737	27.648	62,6	33,9	62,3	59,3	61,6
Indígena	1	4	59	4	68	0,3	0,4	0,1	0,3	0,2
Ignorado	13	18	2.592	49	2.672	3,5	1,9	6,1	3,9	6,0
Total	372	956	42.291	1.242	44.861	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016 (WAISELFISZ, 2016).

*2014: dados preliminares

Analisando-se a tabela acima, tem-se a configuração da mortalidade por armas de fogo em 2014 a partir dos registros das categorias de raça/cor utilizadas pelo IBGE. Observa-se que, em todas as categorias de raça/cor, o homicídio é o modo exclusivo da utilização das armas de fogo: 42.291 das 44.861 mortes por armas de fogo foram homicídios (94,3%).

Com base na tabela abaixo, observa-se que, em relação à população branca, em 2003 foram cometidos 13.224 homicídios por armas de fogo, em 2014 esse número foi de 9.766, o que representa uma diminuição de 26,1%. Em

compensação, nos referidos anos, o número de mortes de pessoas negras passou de 20.291 para 29.813, um aumento de 46,9%.

Tabela 3 – Número e taxas de HAF (por 100 mil), segundo cor e UF/região. Brasil, 2003/2014*

UF/REGIÃO	Homicídios por AF				Taxas (por 100 mil)			
	Branca		Negra		Branca		Negra	
	2003	2014*	2003	2014*	2003	2014*	2003	2014*
Acre	12	27	33	86	9,9	3,0	10,5	14,5
Amapá	4	13	68	123	3,1	6,9	18,7	21,8
Amazonas	18	50	152	686	2,8	5,9	8,8	23,3
Pará	96	136	754	2.115	7,5	8,4	21,1	33,3
Rondônia	109	105	251	275	30,5	19,1	38,3	23,0
Roraima	7	6	30	32	13,0	5,4	12,9	8,8
Tocantins	31	37	82	122	10,4	11,2	8,8	10,5
Norte	277	374	1.370	3.439	9,6	9,8	17,6	26,1
Alagoas	47	60	473	1.702	5,2	6,4	23,6	71,7
Bahia	114	289	1.241	3.999	3,8	9,5	12,0	33,3
Ceará	92	193	382	1.956	3,5	7,2	7,5	31,7
Maranhão	50	150	275	1478	3,4	11,8	6,3	26,7
Paraíba	34	64	368	1.075	2,5	4,5	16,8	43,4
Pernambuco	433	281	2.967	2.178	13,9	9,1	59,1	35,6
Piauí	17	26	120	369	2,5	3,3	5,4	15,3
Rio Grande do Norte	67	166	202	1054	5,4	12,0	12,3	52,0
Sergipe	51	89	200	822	10,9	12,4	14,3	49,7
Nordeste	905	1.298	6.228	14.633	6,1	8,6	18,2	35,9
Espírito Santo	229	169	648	1.077	15,3	10,9	37,2	46,4
Minas Gerais	768	795	1.921	2.471	8,2	9,0	21,1	20,9
Rio de Janeiro	2.145	966	3.905	2.512	24,1	12,4	65,2	29,1
São Paulo	5.388	1.763	4.042	1.697	19,9	6,5	36,2	10,3
Sudeste	8.530	3.693	10.516	7.757	18,2	8,2	37,6	19,8
Paraná	1.431	1.645	270	401	19,3	22,0	11,4	11,6
Rio Grande do Sul	1.094	1.521	263	500	12,2	17,0	17,7	22,6
Santa Catarina	301	385	66	98	6,0	6,8	10,5	9,2
Sul	2.826	3.551	599	999	13,2	16,1	13,3	14,8
Distrito Federal	91	96	539	601	9,4	8,0	44,1	36,6
Goiás	218	454	439	1.507	9,3	17,7	14,9	38,2
Mato Grosso	197	197	363	642	18,9	17,6	23,0	30,6
Mato Grosso do Sul	180	103	237	235	16,0	8,4	23,3	17,2
Centro-Oeste	686	850	1.578	2.985	12,5	14,0	23,3	33,0
Brasil	13.224	9.766	20.291	29.813	14,5	10,6	24,9	27,4

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016 (WAISELFSZ, 2016).

*2014: dados preliminares

Em termos absolutos, alcançam-se as taxas de homicídios por armas de fogo (por 100 mil), tendo como resultados: para o país, em geral, em 2003, a taxa de HAF para brancos era de 14,5 por 100 mil habitantes e foi para 10,6 em 2014, uma queda de 27,1%. Paralelo a isso, em relação às pessoas negras, houve uma evolução de 24,9 homicídios por armas de fogo em 2003 para 27,4 em 2014, um crescimento de 9,9 %.

Tabela 4 – Crescimento das taxas de HAF e vitimização negra. Brasil, 2003 e 2014*

UF/REGIÃO	Δ% HAF 2003/2014 ^a		Vitimização Negra (%)	
	Branca	Negra	2003	2014 ^a
Acre	-68,7	38,3	6,1	384,1
Amapá	122,9	16,8	503,2	216,1
Amazonas	111,2	164,5	214,3	293,6
Pará	11,5	57,6	181,3	297,8
Rondônia	-37,5	-39,9	25,6	20,6
Roraima	-58,8	-31,7	-0,8	64,6
Tocantins	8,1	19,0	-15,4	-6,9
Norte	2,0	48,2	83,3	166,4
Alagoas	22,3	204,0	353,8	1028,2
Bahia	150,1	177,5	215,8	250,5
Ceará	107,1	322,2	114,3	336,8
Maranhão	241,7	324,4	85,3	130,1
Paraíba	79,1	158,1	572,0	868,3
Pernambuco	-34,7	-39,8	325,2	291,8
Piauí	33,9	182,8	116,0	356,4
Rio Grande do Norte	121,6	323,0	127,8	334,8
Sergipe	14,0	247,2	31,2	299,5
Nordeste	40,2	97,1	198,4	319,6
Espírito Santo	-28,9	24,7	143,1	326,7
Minas Gerais	9,8	-1,0	157,3	132,1
Rio de Janeiro	-48,7	-55,3	170,5	135,6
São Paulo	-67,2	-71,5	81,9	58,2
Sudeste	-55,1	-47,4	106,6	142,2
Paraná	13,7	1,5	-40,9	-47,3
Rio Grande do Sul	39,2	27,5	45,1	32,8
Santa Catarina	13,6	-12,0	75,0	35,5
Sul	21,8	11,4	0,8	-7,8
Distrito Federal	-14,4	-17,0	369,1	355,0
Goiás	90,6	156,6	60,2	115,7
Mato Grosso	-6,7	33,2	21,7	73,7
Mato Grosso do Sul	-47,2	-26,1	45,6	103,7
Centro-Oeste	11,7	41,7	86,4	136,5
Brasil	-27,1	9,9	71,7	158,9

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016 (WAISELFISZ, 2016).

*2014: dados preliminares

A vitimização negra⁹ no país conforme tabela acima mostra que, em 2003, era de 71,7% (morrem, proporcionalmente, 71,7% mais negros que brancos), aumenta para 158,9% em 2014. Isso representa um problema racial grave que permite que negros sejam mais mortos que brancos e precisa ser encarado de forma eficiente.

⁹ Segundo Waiselfisz (2016), entende-se por vitimização negra a relação entre as taxas de HAF de brancos e as taxas de HAF de negros, cujo índice positivo indica o percentual (%) a mais de mortes negras sobre as brancas; ou o percentual (%) a mais de mortes de brancos, quando o índice é negativo.

5 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS POR ARMAS DE FOGO NAS UNIDADES FEDERATIVAS, CAPITAIS E MUNICÍPIOS: período de 2004 a 2014

Após a análise do perfil das vítimas, esta seção tem por objetivo explicar através de registros, o crescimento da violência relacionado ao porte de armas de fogo. De acordo com pesquisa realizada pelo sociólogo Waiselfisz (2016), o número de homicídios por armas de fogo no Sudeste teve uma baixa de 41,4% entre 2004 e 2014, enquanto na região Nordeste, esse índice dobrou em um curto período, mais especificamente nos Estados de Alagoas, Ceará e Sergipe.

Conforme pesquisa, a taxa média de homicídios por armas de fogo na região nordeste, em 2014, foi 32,8 por 100 mil habitantes, bem acima da taxa da região centro-oeste, com 26 por 100 mil habitantes e um aumento de 39,5% entre 2004 e 2014. (WASELFISZ, 2016).

Em situação diferente ao Nordeste, na Região Sudeste a violência armada mostrou queda significativa: em 2004 o índice foi 23,9 e em 2014 caiu para 14,0 por 100 mil habitantes. A pesquisa mostra que São Paulo e Rio de Janeiro foram os principais responsáveis pela redução, com crescimento negativo de 57,7% e 47,8%, respectivamente. Para o Nóbrega Júnior (2016, s/p):

Os nexos causais que apresentaram maior correlação com os homicídios no Nordeste foram os gastos e investimentos com segurança pública, seguido por efetivo policial, desemprego, detenções e o Estatuto do Desarmamento. Dos indicadores socioeconômicos, o IDH apresentou falta de correlação, ou seja, não interfere nas taxas de assassinatos. Já a renda per capita demonstrou uma correlação em um nível muito baixo.

O estudo feito pelo Mapa da Violência também informa que, de 1980 até 2014, morreram no Brasil 967.851 vítimas de disparos de arma de fogo. Desse total, 830.420 (85,8%) foram homicídios, enquanto as outras mortes foram por suicídio ou acidente. De acordo com Waiselfisz (2016), o Brasil é o país que mais mata por armas de fogo superando até mesmo os Estados Unidos! Segundo o pesquisador, isso é consequência da “[...] continua distribuição de armas, o lobby das empresas fabricantes representadas por diversos personagens dentro do Legislativo e do Judiciário” (WASELFISZ apud TREVISAN, 2016, s/p).

Gráfico 4 – Vítimas de Homicídios por AF. Brasil



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016 (WASELFSZ, 2016).

*2014: dados preliminares

Dentre as várias formas de violência, o homicídio é o ato mais cruel que mostra a face desumana (MINAYO, 2006).

Nos grandes centros urbanos as mortes, em particular os homicídios, estão interligadas a elementos como desigualdades sociais, impunidade, serviços sociais precários, abuso de álcool, falta de assistência de serviços públicos, acesso a armas de fogo, tráfico de drogas e outros (MELLO; GAWRYSZEWSKI; LATORRE, 1997). A mortalidade por homicídios retrata uma das características da violência urbana, que tem como principais vítimas a população jovem do sexo masculino e é responsável por grande parte de vidas acabadas (MELLO, 2002). Segundo artigo publicado:

Os homicídios no Brasil constituem a primeira causa de morte entre as causas externas: passaram de 20% para 40% dessas causas entre 1980 e 2003. Até o ano de 2003, a tendência da mortalidade por homicídio no país foi de crescimento. A partir daquele ano, observou-se um decréscimo das taxas de homicídio até 2005 e, em seguida, uma tendência à estabilização. No ano de 2006, entre as regiões do país, o Nordeste foi a que apresentou as maiores taxas de homicídios e, entre as unidades federadas, o Estado de Pernambuco ocupou o segundo lugar, com taxa padronizada de 53,6/100 mil habitantes. (CAMPOS et al., 2011, p. 152).

Analisando-se esses dados percebe-se a necessidade de estudar-se melhor esse problema de ordem social, iniciando-se pelo ambiente em que ocorre.

Ainda de acordo com a pesquisa realizada por Waiselfisz (2016) e tomando como base os registros do Subsistema de Informação de Mortalidade, do Ministério da Saúde, colhe-se que, entre 1980 e 2010, cerca de 800 mil cidadãos morreram vítimas de disparo por algum tipo de arma de fogo. Nesse período, as vítimas passaram de 8.170 no ano de 1980 para 38.892 em 2010, um aumento de 346,5%. Uma taxa alta, apesar do desconto referente à taxa populacional que também cresceu em 60%.

O crescimento de mortes por armas de fogo foi alavancado em particular pelos homicídios que aumentaram em torno de 502,8%, enquanto os suicídios com armas de fogo cresceram 46,8% e as mortes por acidentes com armas tiveram uma baixa em 8,8%. Waiselfisz (2016) ressalta que as causas das mortes por armas de fogo são imprecisas.

De forma geral, esses dados revelam que, onde existem mais armas, existem mais mortes, tanto como suicídios e homicídios. As armas utilizadas, em sua maioria, são de origem nacional e, apesar de serem compradas legalmente, acabam em mãos de criminosos. Segundo matéria publicada pela Revista Veja (2014), 17 milhões de armas de fogo estariam em circulação no Brasil, conforme estimativa divulgada pela ONG Viva Rio¹⁰. Dessas, só 49% são legais; 28% seriam armas ilegais de uso informal e 23%, armas ilegais de uso criminal, sendo as armas mais usadas da marca Taurus e Rossi, calibres 32 e .38.

5.1 Unidades Federativas

Há um universo de situações que explicam o aumento de homicídios por armas de fogo no país como produto de realidades diferentes de acordo com a localidade e região.

¹⁰ O Viva Rio é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1993, no Rio de Janeiro, que atua na formação de comunidades seguras e sadias em territórios vulneráveis. (VIVA RIO, 2017).

Tabela 5 – Taxas de homicídio (por 100 mil) por AF, UF e Região. Brasil. 2004/2014

UF/REGIÃO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ% 1	Δ% 2
Acre	8,0	5,4	7,3	7,3	5,9	8,8	8,6	6,7	11,2	12,4	14,6	83,0	17,3
Amapá	13,4	9,3	12,2	9,4	10,6	11,0	15,4	11,7	16,7	13,4	19,3	44,3	44,1
Amazonas	7,3	8,2	11,4	12,2	13,3	16,9	18,2	24,8	23,8	18,1	20,2	175,9	11,6
Pará	14,5	17,1	18,2	19,1	26,3	27,4	33,0	27,0	27,3	28,2	28,5	96,9	1,0
Rondônia	22,6	23,9	24,5	20,2	19,1	28,5	22,5	18,1	21,3	17,3	23,7	5,0	36,9
Roraima	8,4	7,2	9,4	6,7	7,0	6,4	6,4	5,4	6,8	14,0	9,5	12,7	-32,4
Tocantins	8,0	6,0	6,4	6,5	7,7	9,9	9,5	11,3	12,6	9,4	11,2	40,4	18,6
Norte	12,7	13,8	15,3	15,3	19,1	21,1	24,0	22,1	22,9	21,4	23,1	82,1	7,8
Alagoas	25,6	30,1	42,9	50,3	51,0	49,4	55,2	60,9	54,9	56,6	56,1	119,3	-0,9
Bahia	11,7	14,6	17,2	19,2	26,4	29,8	31,7	29,6	32,4	28,5	30,7	161,7	7,8
Ceará	11,7	12,5	12,9	14,7	15,8	17,7	24,3	24,2	36,4	41,5	42,9	268,2	3,4
Maranhão	6,0	8,0	7,7	9,6	11,1	12,3	12,6	14,2	17,2	20,3	23,9	300,2	17,6
Paraíba	13,3	15,1	17,3	18,0	20,0	27,0	32,1	36,4	32,1	31,9	31,9	139,4	-0,1
Pernambuco	40,6	41,7	42,2	43,1	39,5	35,4	30,1	28,7	27,7	24,9	27,5	-32,2	10,2
Piauí	4,4	5,0	6,3	6,0	5,1	5,9	6,6	8,0	9,8	11,7	14,0	215,2	19,6
Rio Grande do Nor	8,1	8,9	10,1	14,2	17,3	19,8	19,3	24,6	26,5	34,1	38,9	379,8	14,1
Sergipe	15,8	16,2	20,1	17,1	18,4	22,3	21,9	25,0	30,7	32,8	41,2	160,5	25,5
Nordeste	16,2	18,1	20,1	21,9	24,0	25,4	26,7	27,2	29,9	30,4	32,8	101,9	7,8
Espírito Santo	36,0	34,9	37,4	38,7	43,3	44,4	38,7	38,1	37,3	33,5	35,1	-2,5	4,8
Minas Gerais	17,3	16,1	15,8	15,1	13,9	13,0	12,5	15,2	16,3	16,7	16,4	-5,5	-2,1
Rio de Janeiro	41,2	38,9	37,2	32,4	27,3	25,0	25,7	21,2	21,4	21,7	21,5	-47,8	-1,0
São Paulo	19,4	14,3	14,0	10,0	9,5	9,3	8,4	7,8	9,2	7,8	8,2	-57,7	5,3
Sudeste	23,9	20,5	20,0	16,9	15,6	14,8	14,2	13,6	14,6	13,8	14,0	-41,4	1,2
Paraná	19,1	19,8	21,5	21,7	24,0	25,0	25,2	22,5	23,0	18,5	19,2	0,6	3,6
Rio Grande do Sul	13,5	13,6	13,0	15,0	16,6	15,1	14,0	14,3	16,1	15,3	18,7	38,6	22,2
Santa Catarina	6,6	6,7	6,5	6,2	8,3	8,4	7,7	7,6	7,7	6,6	7,5	13,1	13,7
Sul	14,1	14,4	14,8	15,6	17,6	17,4	16,8	15,9	16,8	14,5	16,3	15,3	12,2
Distrito Federal	22,7	19,4	18,2	21,2	22,6	25,5	22,4	25,2	27,4	23,4	25,6	13,0	9,3
Goiás	18,3	16,7	17,2	17,3	20,5	21,3	21,9	26,0	31,8	32,5	31,2	70,6	-3,9
Mato Grosso	16,8	17,4	17,4	18,6	19,3	19,1	18,6	19,6	20,6	23,5	26,2	55,7	11,5
Mato Grosso do Si	17,6	15,2	16,1	17,2	16,8	18,2	14,0	14,9	13,5	12,1	13,6	-22,7	12,4
Centro-Oeste	18,6	17,1	17,2	18,3	20,0	21,1	19,9	22,5	25,4	25,4	26,0	39,5	2,5
Brasil	19,1	18,1	18,7	18,0	18,8	19,3	19,3	19,1	20,7	20,0	21,2	11,1	5,8

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016 (WAISELFISZ, 2016).

*2014: dados preliminares

Conforme a Tabela 5, podemos analisar a diferença de realidades presenciadas nos Estados de Alagoas e Santa Catarina. Alagoas possui o maior índice (56,1 vítimas por 100 mil habitantes) e, no outro extremo, Santa Catarina (7,5 por 100 mil). Outra análise que podemos fazer é a forma paradoxal como se dá o desenvolvimento de HAF no período: Estados como São Paulo e Rio de Janeiro, que conseguiram reduzir seus índices em 2014 para metade dos válidos em 2004, em oposição, Rio Grande do Norte e Maranhão que aumentaram em quase quatro vezes suas taxas.

A região Nordeste é a que apresenta as maiores taxas de homicídios por armas de fogo em quase todo período entre 2004 e 2014. Nesse período sofreu uma ação generalizada da violência para a qual não estava preparada. Sua taxa média em 2014 foi de 32,8 homicídios por armas de fogo por 100 mil habitantes, muito

acima da segunda colocada que é a região Centro-Oeste que foi de 26,0.

O resultado em relação à região Nordeste é influenciado pelos Estados de Alagoas (56,1), em seguida pelo Ceará, Sergipe e Rio Grande do Norte, com índices em torno de 40 homicídios por armas de fogo por 100 mil habitantes. Em relação à região Centro-Oeste podemos evidenciar as taxas do estado de Goiás que supera os 30 homicídios por 100 mil habitantes.

Quanto à região Sudeste, a violência armada demonstrou patamares de redução. Em 2004, a taxa de homicídios por armas de fogo foi de 23,9, em 2014 esse número caiu para 14,0 por 100 mil habitantes, uma queda expressiva na região de 41,9%. Os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro foram os que se destacaram nesse período, com aumento negativo de 57,7% e 47,8%, respectivamente.

A partir desses dados, podemos destacar, entre outras consequências:

- a) O enfraquecimento da concentração de riqueza em poucas grandes metrópoles. Fatores como custos de implantação e organização sindical fizeram com que o fluxo do capital fosse direcionado para regiões até então desprovidas de desenvolvimento;
- b) A criação do Plano Nacional de Segurança Pública, que, junto com o Fundo de Segurança Pública auxiliou na melhoria das estruturas dos sistemas de Segurança Pública, desses estados durante esse período;
- c) Esses fatos contribuíram para a guerra fiscal entre os municípios, originam uma disputa pela atração de novos investimentos tendo como consequência a criação regional de novos polos econômicos, como por exemplo, a zona Franca de Manaus e Suape;
- d) Esses novos polos econômicos trouxeram novos investimentos e também criminalidade e violência, devido à falta de uma gestão eficiente na área de segurança pública. (WAISELFISZ, 2016).

Tabela 6 – Ordenamento das UFs pelas taxas de HAF. Brasil, 2000/2014*

UF	2000		2014*	
	Taxa	Pos.	Taxa	Pos.
Rio de Janeiro	47,0	1º	21,5	15º
Pernambuco	46,6	2º	27,5	10º
Espírito Santo	33,3	3º	35,1	5º
Mato Grosso	29,8	4º	26,2	11º
Distrito Federal	28,8	5º	25,6	12º
São Paulo	28,7	6º	8,2	26º
Mato Grosso do Sul	23,9	7º	13,6	23º
Rondônia	22,0	8º	23,7	14º
Alagoas	17,5	9º	56,1	1º
Sergipe	17,2	10º	41,2	3º
Rio Grande do Sul	16,3	11º	18,7	19º
Roraima	16,0	12º	9,5	25º
Goiás	15,6	13º	31,2	7º
Paraná	13,6	14º	19,2	18º
Bahia	11,7	15º	30,7	8º
Paraíba	11,5	16º	31,9	6º
Tocantins	10,6	17º	11,2	24º
Rio Grande do Norte	9,8	18º	38,9	4º
Ceará	9,4	19º	42,9	2º
Amazonas	9,4	20º	20,2	16º
Minas Gerais	8,9	21º	16,4	20º
Acre	8,8	22º	14,6	21º
Amapá	8,6	23º	19,3	17º
Pará	8,5	24º	28,5	9º
Santa Catarina	5,9	25º	7,5	27º
Piauí	4,7	26º	14,0	22º
Maranhão	3,6	27º	23,9	13º
Brasil	20,7		21,2	

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016 (WAISELFISZ, 2016).

*2014: dados preliminares

Conforme tabela acima, em 2000, Estados como Rio de Janeiro e Pernambuco (que ocupavam as primeiras posições no Mapa da Violência) tiveram uma diminuição relevante em suas taxas no ano de 2014. Outros dois com fatos interessantes são os dos Estados de São Paulo, que ocupava a 6º e passou para o 26º; e Mato Grosso do Sul, da sétima posição para a 23ª.

Em oposição, Estados como Ceará e Rio Grande do Norte tiveram um crescimento significativo de crimes de mãos armadas nessa década. Ceará, com um índice de HAF de 9,4 por 100 mil, em 2000, passou para 42,9, em 2014 (de 19º para 2º lugar) e Rio Grande do Norte, de 18º para 4º (de 9,8 para 38,9 por 100 mil habitantes).

5.2 Capitais

O desenvolvimento dos homicídios por armas de fogo nas capitais acompanhou o registrado pelas Unidades Federativas, contudo com taxas elevadas de vítimas de sua população: em 2014, a taxa de mortes por armas de fogo foi de 21,2 por 100 mil habitantes, sendo que nas capitais, no mesmo período, foi de 30,3.

Tabela 7 – Taxas de HAF (por 100 mil) nas Capitais. Brasil, 2004/2014*

Capital	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ% 1	Δ% 2
Belém	22,6	29,1	23,3	26,6	37,1	34,9	45,0	31,4	37,2	41,3	42,7	88,6	3,4
Boa Vista	7,9	6,2	8,0	5,8	7,3	6,7	7,4	4,8	7,1	18,2	9,1	15,1	-50,0
Macapá	16,1	11,3	13,8	11,5	14,2	13,4	21,8	15,2	20,9	16,4	25,5	58,6	55,5
Manaus	12,1	14,0	18,6	20,5	22,9	29,7	31,2	41,9	40,7	30,5	32,2	166,5	5,3
Palmas	10,4	4,8	5,0	7,3	3,3	6,9	8,3	10,2	11,2	11,8	14,5	40,1	22,9
Porto Velho	37,8	39,8	46,7	40,2	30,3	31,8	31,7	28,9	28,2	27,5	30,8	-18,5	11,8
Rio Branco	13,2	6,9	11,1	12,4	10,0	15,4	11,0	6,1	14,6	18,1	23,2	76,2	27,8
NORTE	17,6	19,3	20,3	21,3	24,7	27,0	30,6	29,4	31,7	29,4	31,2	77,1	6,2
Aracaju	34,4	27,9	33,2	25,0	26,3	30,5	25,7	33,5	44,9	45,7	50,5	46,9	10,5
Fortaleza	18,4	23,7	25,1	30,7	28,8	30,5	46,4	47,4	68,7	80,1	81,5	342,6	1,7
João Pessoa	31,8	36,2	39,0	45,4	49,9	61,4	71,2	78,4	67,2	63,3	60,2	89,3	-4,9
Maceió	51,0	56,6	84,0	86,9	97,2	81,1	94,1	95,6	79,8	84,6	73,7	44,5	-12,9
Natal	9,8	15,0	16,6	23,1	25,3	30,5	31,6	37,4	43,5	51,0	53,0	441,1	3,9
Recife	77,8	75,1	77,0	74,8	69,5	60,0	47,2	45,8	39,5	32,9	35,8	-54,0	8,9
Salvador	22,7	32,3	35,5	42,3	55,4	58,3	58,2	52,2	50,4	48,9	44,5	96,0	-8,9
São Luís	15,1	14,2	15,2	20,2	24,2	31,5	30,6	35,8	43,9	62,4	67,1	344,3	7,5
Teresina	12,7	13,4	17,2	14,7	12,8	16,1	18,3	22,1	28,2	33,7	40,7	220,4	20,9
NORDESTE	30,4	34,1	38,5	42,0	45,7	46,3	49,3	50,0	53,4	57,4	57,5	89,2	0,1
Belo Horizonte	58,1	47,2	42,9	43,7	35,8	30,7	29,3	33,7	33,1	35,4	31,2	-46,3	-12,1
Rio de Janeiro	44,8	35,5	38,4	30,6	26,5	26,1	22,8	18,0	15,6	14,9	13,6	-69,6	-9,0
São Paulo	26,2	20,3	18,4	13,2	10,6	11,2	9,5	8,1	11,3	9,5	10,2	-61,2	6,4
Vitória	66,0	69,3	72,5	64,8	61,0	60,6	59,2	49,9	48,9	45,3	41,2	-37,7	-9,1
SUDESTE	36,4	29,0	28,4	23,1	19,4	19,0	16,8	14,8	15,8	14,8	14,1	-61,2	-4,6
Curitiba	31,5	35,2	39,6	38,7	47,4	44,9	45,4	38,4	33,0	30,8	34,0	8,0	10,6
Florianópolis	24,1	20,9	15,7	16,3	18,1	16,4	18,0	15,0	11,1	8,4	11,5	-52,1	37,8
Porto Alegre	33,4	33,9	28,7	40,9	39,6	34,0	30,2	32,3	35,1	33,2	41,2	23,5	24,0
SUL	31,5	33,1	32,6	37,1	41,1	37,5	36,2	33,3	31,2	29,0	34,0	8,1	17,4
Brasília	26,1	21,9	21,1	24,3	24,1	28,6	24,5	27,2	29,7	24,7	26,4	1,3	7,1
Campo Grande	20,7	18,7	17,1	22,0	18,5	19,3	13,0	12,8	12,4	9,8	13,1	-36,9	32,9
Cuiabá	32,4	30,0	30,2	29,4	30,5	32,5	28,3	31,5	29,9	27,6	34,7	7,2	25,5
Goiânia	26,8	24,1	25,6	24,8	33,7	27,1	29,6	35,8	42,3	47,3	48,5	80,8	2,6
CENTRO OESTE	26,1	22,9	22,6	24,6	26,3	27,3	24,4	27,6	30,2	28,4	30,8	17,7	8,4
BRASIL	31,5	29,0	29,8	29,0	29,3	29,4	28,9	28,2	30,0	29,8	30,3	-3,8	1,6

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016 (WAISELFSZ, 2016).

*2014: dados preliminares

Segundo análise do Mapa da Violência, se entre 2004 e 2014 o país teve um aumento de 23,7% nos homicídios por armas de fogo, esse número foi bem menor nas capitais, 5,4%. Observa-se que o aumento dos homicídios cresce mais fora das capitais, e nestas, os registros tendem a se estabilizar ou até mesmo

diminuir de forma demorada.

Tabela 8 – Ordenamento das taxas de HAF nas capitais, pela posição em 2004. Brasil, 2004 e 2014*

Capital	2004		2014*	
	Taxa	Pos.	Taxa	Pos.
Recife	77,8	1º	35,8	13º
Vitória	66,0	2º	41,2	11º
Belo Horizonte	58,1	3º	31,2	17º
Maceió	51,0	4º	73,7	2º
Rio de Janeiro	44,8	5º	13,6	23º
Porto Velho	37,8	6º	30,8	18º
Aracaju	34,4	7º	50,5	6º
Porto Alegre	33,4	8º	41,2	10º
Cuiabá	32,4	9º	34,7	14º
João Pessoa	31,8	10º	60,2	4º
Curitiba	31,5	11º	34,0	15º
Goiânia	26,8	12º	48,5	7º
São Paulo	26,2	13º	10,2	26º
Brasília	26,1	14º	26,4	19º
Florianópolis	24,1	15º	11,5	25º
Salvador	22,7	16º	44,5	8º
Belém	22,6	17º	42,7	9º
Campo Grande	20,7	18º	13,1	24º
Fortaleza	18,4	19º	81,5	1º
Macapá	16,1	20º	25,5	20º
São Luís	15,1	21º	67,1	3º
Rio Branco	13,2	22º	23,2	21º
Teresina	12,7	23º	40,7	12º
Manaus	12,1	24º	32,2	16º
Palmas	10,4	25º	14,5	22º
Natal	9,8	26º	53,0	5º
Boa Vista	7,9	27º	9,1	27º

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016 (WAISELFISZ, 2016).

*2014: dados preliminares

Observando-se a tabela acima, verificamos que, em 2004, as capitais que apresentaram maior registro de homicídios por armas de fogo foram, pela ordem, Recife (PE), Vitória (ES) e Belo Horizonte (MG). Devido aos fluxos migratórios ocorridos pela difusão da indústria no decorrer da década, vemos esses índices diminuírem, como nos casos de Recife e Belo Horizonte.

Por outro lado, capitais, que possuíam baixas taxas de homicídios, viram seus índices crescerem, como foi o caso das cidades de Natal (RN), Fortaleza (CE) e São Luís (MA). No caso específico de São Luís, em 2004, de 15,1% homicídios por armas de fogo por 100 mil habitantes subiu para 67,1% em 2014. Conclui-se que é na região Nordeste onde se encontram as capitais com os maiores crescimentos nas taxas de HAF, seguida pela região Norte.

5.3 Municípios

Na tabela 9 apresentada nesse item é descrita a particularidade de 150 municípios que possuem os maiores índices de homicídios por armas de fogo. Assim como feito em análises sobre a evolução dos homicídios em tabelas anteriores, a incidência da violência armada nos municípios se formou devido a alguns fatores, tais como:

- 1) A descentralização do desenvolvimento da Capital em direção ao interior que paralelo à escassez e falhas na Segurança Pública, contribui para o crescimento da violência nesses núcleos econômicos;
- 2) Municípios localizados em fronteiras tornam-se rotas propícias para contrabandos de armas e drogas por parte de organizações criminosas;
- 3) Nas regiões Norte e Centro-Oeste destacam-se o trabalho escravo, madeiras ilegais, grilagens de terra, matança de indígenas, fatores esses muita das vezes ligados a interesses políticos locais;
- 4) As migrações internas e o turismo predatório em cidades próximas ao litoral. As fontes utilizadas foram o Sistema de Informações de Mortalidade, do Ministério da Saúde; para a quantidade de homicídios e para informações sobre população municipal, foram usados registros das estimativas do IBGE fornecidas ao Tribunal de Contas da União (TCU) para definir a fração de participação de cada município em relação a recursos oriundos da União.

Tabela 9 – HAF e taxas médias 2012-2014* de HAF (por 100 mil) nos 150 municípios com mais de 10.000 habitantes, com maiores taxas médias. Brasil, 2012-2014*

Município	UF	N. HAF			Pop. Média 12/14	Taxa Média	Pos. Nao.
		2012	2013	2014*			
Mata de São João	BA	58	32	45	43.753	102,9	1º
Murici	AL	20	38	26	27.796	100,7	2º
Satuba	AL	13	20	9	14.666	95,5	3º
Conde	PB	19	22	24	22.941	94,4	4º
Eusébio	CE	41	45	52	49.252	93,4	5º
Pilar	AL	38	34	24	34.593	92,5	6º
Ananindeua	PA	456	497	401	492.524	91,6	7º
Simões Filho	BA	140	113	97	127.670	91,4	8º
Pojuca	BA	26	26	42	35.906	87,3	9º
Lauro de Freitas	BA	163	151	153	181.146	85,9	10º
Marechal Deodoro	AL	40	49	37	49.290	85,2	11º
Quixeré	CE	12	25	17	21.154	85,1	12º
Itabuna	BA	197	139	186	214.311	81,2	13º
Porto Seguro	BA	125	109	103	138.643	81,0	14º
Rio Largo	AL	70	56	48	72.018	80,5	15º
Santa Rita	PB	107	116	88	129.597	80,0	16º
Itaitinga	CE	21	31	38	37.550	79,9	17º
Arapiraca	AL	175	175	188	225.036	79,7	18º
Tabuleiro do Norte	CE	22	32	16	29.894	78,1	19º
Horizonte	CE	35	52	54	60.335	77,9	20º
Maceió	AL	761	811	710	985.148	77,2	21º
Jaguaribara	CE	7	7	11	10.848	76,8	22º
Fortaleza	CE	1718	1998	2026	2.541.299	75,3	23º
Santa Cruz Cabrália	BA	10	24	28	27.507	75,1	24º
Macaíba	RN	30	84	54	74.673	75,0	25º
São José de Mipibu	RN	22	38	34	41.876	74,8	26º
São Joaquim de Bicas	MG	15	24	20	27.780	70,8	27º
Serra	ES	315	320	307	455.438	68,9	28º
Presidente Dutra	MA	35	26	34	45.991	68,9	29º
Eunápolis	BA	77	67	75	108.488	67,3	30º
Conuripe	AL	44	25	41	55.008	66,7	31º
Russas	CE	28	50	67	73.134	66,1	32º
Aquiraz	CE	48	60	42	75.873	65,9	33º
Baraúna	RN	10	24	17	26.041	65,3	34º
Valença	BA	60	69	55	94.371	65,0	35º
São Sebastião	AL	15	29	21	33.432	64,8	36º
Camaçari	BA	173	167	186	270.742	64,8	37º
Santana do Ipanema	AL	23	31	36	46.799	64,1	38º
Piaçabuçu	AL	5	9	20	17.729	63,9	39º
São José da Laje	AL	12	11	22	23.568	63,6	40º
São Miguel dos Campos	AL	38	30	43	58.409	63,3	41º

(continua)

(continuação)

Município	UF	N. HAF			Pop. Média 12/14	Taxa Média	Pos. Nao.
		2012	2013	2014*			
Ribeirópolis	SE	3	5	26	17.908	63,3	42º
Extremoz	RN	19	15	16	26.369	63,2	43º
João Pessoa	PB	499	479	464	764.274	62,9	44º
Joaquim Gomes	AL	14	21	9	23.536	62,3	45º
Itaparica	BA	23	8	10	21.933	62,3	46º
Pinheiros	ES	20	18	9	25.539	61,3	47º
Paraty	RJ	23	24	25	39.380	60,9	48º
Cabo de Santo Agostinho	PE	140	125	87	194.586	60,3	49º
Mossoró	RN	140	167	194	277.120	60,3	50º
Itabela	BA	9	20	25	30.093	59,8	51º
Guaira	PR	22	21	14	31.866	59,6	52º
Alagoinhas	BA	93	94	80	149.863	59,4	53º
Campina Grande do Sul	PR	32	25	15	40.637	59,1	54º
Cabo Frio	RJ	105	99	150	200.021	59,0	55º
Marituba	PA	60	74	73	117.091	58,9	56º
Planaltina	GO	35	60	54	85.204	58,3	57º
Capela	AL	8	10	12	17.195	58,2	58º
São Luis	MA	456	658	717	1.052.576	58,0	59º
Alvorada	RS	130	88	132	202.625	57,6	60º
Ilhéus	BA	130	112	73	184.760	56,8	61º
Areia Branca	SE	7	11	12	17.662	56,6	62º
Viçosa	AL	17	10	17	25.974	56,5	63º
Marabá	PA	163	135	124	250.843	56,1	64º
Chorozinho	CE	6	13	13	19.108	55,8	65º
Teixeira de Freitas	BA	99	73	80	150.682	55,7	66º
Dias d'Ávila	BA	40	40	43	73.785	55,6	67º
Coronel Sapucaia	MS	5	7	12	14.524	55,1	68º
Moju	PA	18	48	57	74.487	55,0	69º
Entre Rios	BA	14	27	28	41.883	54,9	70º
Atalaia	AL	25	26	25	46.244	54,8	71º
Maracanau	CE	109	119	127	217.025	54,5	72º
Santa Helena de Goiás	GO	19	25	17	37.647	54,0	73º
Senador Pompeu	CE	15	13	15	26.546	54,0	74º
Maribondo	AL	7	5	10	13.638	53,8	75º
Cajueiro	AL	11	12	11	21.122	53,7	76º
Ibirapitanga	BA	22	10	6	23.620	53,6	77º
Cariacica	ES	231	169	187	369.107	53,0	78º
Novo Progresso	PA	12	15	13	25.174	53,0	79º
Alexânia	GO	7	21	12	25.219	52,9	80º
Palmeira dos Índios	AL	43	36	36	72.665	52,8	81º
Itapebi	BA	3	10	4	10.750	52,7	82º

(continua)

(continuação)

Município	UF	N. HAF			Pop. Média 12/14	Taxa Média	Pos. Nac.
		2012	2013	2014*			
São Sebastião do Passé	BA	20	26	24	44.289	52,7	83º
Teotônio Vilela	AL	17	24	27	43.099	52,6	84º
Luziânia	GO	109	89	91	186.301	51,7	85º
Tailândia	PA	52	45	42	89.975	51,5	86º
Fundão	ES	4	11	14	18.798	51,4	87º
Messias	AL	8	7	11	16.917	51,2	88º
Pacajus	CE	31	27	43	66.236	50,8	89º
Limoeiro do Norte	CE	25	28	34	57.136	50,8	90º
Laranjeiras	SE	8	13	22	28.270	50,7	91º
Primavera do Leste	MT	16	32	36	55.270	50,7	92º
Caucaia	CE	149	193	177	343.518	50,4	93º
Moita Bonita	SE	2	5	10	11.253	50,4	94º
Ariquemes	RO	51	55	43	98.959	50,2	95º
Almirante Tamandaré	PR	60	55	49	109.100	50,1	96º
Valparaíso de Goiás	GO	86	65	67	145.146	50,1	97º
Esplanada	BA	19	17	17	35.296	50,1	98º
Candeias	BA	54	38	39	87.283	50,0	99º
Betim	MG	192	207	205	402.450	50,0	100º
Altamira	PA	34	51	72	104.739	50,0	101º
União dos Palmares	AL	31	38	28	64.727	50,0	102º
Branquinha	AL	6	3	7	10.692	49,9	103º
Vera Cruz	BA	18	21	22	40.792	49,8	104º
Canavieiras	BA	11	17	21	32.962	49,6	105º
Mari	PB	17	10	5	21.535	49,5	106º
Ilha de Itamaracá	PE	13	10	12	23.710	49,2	107º
Quixadá	CE	25	51	46	83.644	48,6	108º
Aparecida de Goiânia	GO	235	235	252	495.387	48,6	109º
Várzea Grande	MT	114	108	160	262.288	48,5	110º
Mangaratiba	RJ	17	20	20	39.140	48,5	111º
Buritis	RO	34	11	7	35.720	48,5	112º
Irecê	BA	30	32	41	70.766	48,5	113º
Rio Formoso	PE	6	11	16	22.803	48,2	114º
Santo Amaro das Brotas	SE	3	5	9	11.795	48,0	115º
Patos	PB	63	44	43	104.089	48,0	116º
Alhandra	PB	5	10	12	18.750	48,0	117º
Propriá	SE	13	14	15	29.214	47,9	118º
Natal	RN	356	419	437	844.521	47,8	119º
Jequié	BA	77	72	78	158.304	47,8	120º
Itabaiana	SE	49	41	40	91.035	47,6	121º
Santo Antônio do Descoberto	GO	30	44	22	67.319	47,5	122º
Senador Canedo	GO	41	55	38	93.971	47,5	123º
Olho d'Água das Flores	AL	9	8	13	21.177	47,2	124º
Rondonópolis	MT	71	123	99	207.349	47,1	125º
Imperatriz	MA	99	118	137	251.284	47,0	126º
Redenção	CE	4	12	22	26.977	47,0	127º
Araçaju	SE	264	276	313	608.681	46,7	128º
São Bento	PB	10	17	18	32.433	46,2	129º
Ituberá	BA	16	12	11	28.168	46,2	130º
Quirinópolis	GO	10	24	29	45.736	45,9	131º
Lagoa de Itaenga	PE	6	8	15	21.062	45,9	132º
Major Isidoro	AL	9	8	10	19.641	45,8	133º
Lucena	PB	5	6	6	12.375	45,8	134º
Aloabaça	BA	10	8	13	22.578	45,8	135º
Nisia Floresta	RN	13	13	9	25.503	45,7	136º
Morada Nova	CE	23	30	32	62.030	45,7	137º
São Mateus	ES	57	57	47	118.408	45,3	138º
Cabedelo	PB	42	28	15	62.540	45,3	139º
Goiânia	GO	564	639	664	1.379.902	45,1	140º
Ibateguara	AL	7	8	6	15.575	44,9	141º
Juazeiro do Norte	CE	117	104	129	260.214	44,8	142º
Igarapé-Miri	PA	19	32	29	59.515	44,8	143º
Colniza	MT	10	16	15	30.629	44,6	144º
Vitória da Conquista	BA	158	130	155	331.023	44,6	145º
Jaguaretama	CE	5	6	13	17.966	44,5	146º
Parauapebas	PA	81	65	88	175.425	44,5	147º
Vitória	ES	163	153	141	344.511	44,2	148º
Formosa	GO	54	55	33	107.404	44,1	149º
Salvador	BA	1.367	1.268	1.102	2.832.526	44,0	150º

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016 (WAISELFSZ, 2016).

*2014: dados preliminares

Observa-se que os dois municípios com mais homicídios por 100 mil habitantes foram: Mata de São João, na Bahia e Murici, em Alagoas. No entanto, cada município listado tem sua natureza específica para o desenvolvimento e tratamento diferenciados quanto à produção da violência armada, bem como seu combate e extinção.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente pesquisa foi dar ênfase a um tema que, embora importante, ainda é pouco debatido na literatura. Buscou-se analisar a relação entre o porte de armas de fogo frente ao aumento da violência e da criminalidade desenvolvida no Brasil durante o período de 2004 a 2014.

Ao longo do trabalho foram percorridos alguns números que expressam a dimensão da violência, por sua vez, possui o poder de influenciar o desempenho econômico e social. Quando avaliados pelo número de homicídios, que se fundamenta em uma variável confiável para efeitos de comparações entre as diversas regiões do país em virtude da menor subnotificação, verificou-se que a violência cresceu de forma acentuada no Nordeste, pois a criminalidade nessa região superou a presenciada em todas as demais regiões brasileiras. Em especial, as capitais nordestinas foram as unidades que mostraram maiores registros de casos oficiais de crimes por armas de fogo.

Nessa conjuntura, as consequências dessas ações criminosas sobre o cenário econômico causam efeitos diretos na vida dos cidadãos, colocando limitações de ordem econômica e social gerando uma sensação de medo e insegurança.

Juntamente com esse cenário, observou-se, ao longo do período considerado, um aumento significativo da taxa de homicídios relacionada ao porte de armas de fogo em todo o país. A pesquisa aponta que, para um período total de dez anos, nas regiões brasileiras, em especial o Nordeste, o aumento da criminalidade tem forte relação com o uso ilegal de armas (declarada, nessa pesquisa, pelas taxas de homicídios oriundos de armas de fogo). Segundo estudo, entretanto, o aumento das mortes por armas de fogo teria sido maior se não fosse o gerenciamento do porte de armas, oficializado em 2003 pelo Estatuto do Desarmamento.

Especificamente, caracterizou-se o perfil das vítimas que apresentaram vínculo com homicídios por armas de fogo. Além disso, também foi propósito desta pesquisa acadêmica verificar a existência do efeito causal entre o uso de armas de fogo e a criminalidade observada nas regiões brasileiras.

Apresentando os objetivos e considerando a utilização de estatísticas descritivas para o conjunto de dados disponível, chegou-se a alguns resultados

específicos. No que tange ao perfil das vítimas por armas de fogo, constatou-se que a grande maioria das pessoas era do sexo masculino com ensino fundamental incompleto. Além disso, a faixa etária predominante foi a posicionada no intervalo de 15 a 29 anos de idade. No conjunto da população, o número de homicídios por arma de fogo passou de 6.104, em 1980, para 42.291 em 2014, um crescimento de 592,8%. Entre a juventude, pulou de 3.159 para 25.255 nesse mesmo período, um aumento de 699,5%.

A análise da evolução dos crimes por armas de fogo e a avaliação dos registros de criminalidade (taxa de homicídios), no Brasil, entre os anos de 2004 e 2014 tiveram como finalidade investigar a existência da relação entre essas duas variáveis. Ao fim da pesquisa, ficou evidenciado que o grau de criminalidade no país, em especial no Nordeste, apresentou uma relação mais intensa quando foi considerado o fator armas de fogo.

Segundo pesquisa, o estado de Alagoas lidera os estados que mais matam por arma de fogo no Brasil, com uma taxa de 56,1 homicídios por 100 mil habitantes. A cidade alagoana de Murici obteve a triste média de 100,7 homicídios por arma de fogo por 100 mil habitantes, perdendo para a cidade baiana Mata de São João, recordista com 102,9 homicídios do tipo por grupo de 100 mil habitantes. As taxas de criminalidade por armas de fogo também cresceram em capitais relativamente tranquilas na virada do século, como é o caso de Natal, São Luís e Fortaleza.

O Mapa da Violência estipula que 160.036 pessoas (sendo 70% delas jovens) foram poupadas de mortes por armas de fogo entre 2004 e 2012, graças à lei que diminui e dificulta o acesso ao porte de armas. (WAISELFISZ, 2016). Há uma necessidade de um incentivo maior a campanhas de desarmamento como exigência para conter a criminalidade no país.

Existe forte indicativo de associação entre o aumento da criminalidade e o porte de armas. Contudo, o grau de correspondência e atuação entre esses dois fatores, que são o objetivo desta pesquisa, somente poderá ser reafirmados por meio de futuros estudos, a fim de comparar os resultados obtidos com os conseguidos neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALESSI, Gil; **Brasil, entre a diplomacia da paz e o destaque na exportação de armas**. 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/01/politica/1433176411_490477.html. Data de Acesso: 20/11/2016.

ARAÚJO JUNIOR, A. F. de. Raízes econômicas da criminalidade violenta no Brasil: um estudo usando micro dados e pseudopainel – 1981/1991. **Revista de Economia e Administração**, v. 1, n. 3, p. 1-34, 2002.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE ARMAS E MUNIÇÕES – ANIAM. Os sete anos do referendo sobre o comércio de armas e munições. **Portal em Direita Brasil**, 2016. Disponível em: <http://www.emdireitabrasil.com.br/index.php/diversos/403-os-sete-anos-do-referendo-sobre-comercio-de-armas-e-municoespor.html>. Acesso em: 13 abr. 2017.

BARTLEY, W.A. Will rationing guns reduce crime? **Economic Letters**, v. 62, pp. 241-243, 1999.

BRASIL. **Vidas Pougadas**. Brasília: UNESCO; Ministério da Justiça; Ministério da Saúde, 2005.

_____. Câmara dos Deputados. Porte de arma: estatísticas põem em dúvida eficácia do Estatuto do Desarmamento - Bloco 2 – **Portal Rádio Câmara**, 2015. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/493968-PORTE-DE-ARMA-ESTATISTICAS-POEM-EM-DUVIDA-EFICACIA-DO-ESTATUTO-DO-DESARMAMENTO-BLOCO-2.html>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)**. 2017. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=21377. Acesso em: 06 jun. 2017.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996, p. 27.

BECKER, G S. Crime and Punishment: An Economic Approach. **Journal of Political Economy**, n. 72, 1968.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. Escolha Racional e Criminalidade; uma avaliação crítica do modelo. **Revista SJRJ**, Rio de Janeiro, n. 22, 2008, p. 93-110.

CAMPOS, Maria Elda Alves de Lacerda et al . Mortes por homicídio em município da Região Nordeste do Brasil, 2004-2006 a partir de dados policiais. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 151-159, jun. 2011. Disponível em: http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742011000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 mar. 2017.

CARDIA, Nancy. **Violência por Armas no Brasil**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência (USP), 1999.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. **Causas e consequências do crime no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

_____.; COELHO, Danilo, SIQUEIRA, Roberto. **Mapa das Armas de Fogo nas Microrregiões Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, [2014]. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/mapaarmas.pdf>> Acesso em: 13 abr. 2017.

_____.; DE MELLO, João Manuel P. **Menos Armas, Menos Crimes IPEA**. Brasília, DF: [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada], 2012. (Texto para Discussão Nº 1721. Brasília, março de 2012).

_____. **Evaluating a National Anti-Firearm Law and Estimating the Causal Effect of Guns on Crime**. Rio de Janeiro: PUC; Departamento de Economia, 2013. (Texto para Discussão Nº 607. Rio de Janeiro, Março de 2013).

_____.; LOBÃO, W. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, 2004.

CISCATI, Rafael. **Em dois anos, Brasil aumenta em 7 vezes venda de armas leves para Arábia Saudita**. 2016. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/01/em-dois-anos-brasil-aumenta-em-7-vezes-venda-de-armas-leves-para-arabia-saudita.html>>. Acesso em: 24 out. 2016.

CONT, Thomas Victor; JUSTUS, Marcelo. **A história do pensamento econômico sobre crime e punição de Adam Smith a Gary Becker**: parte I. 2016. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3466&tp=a>. Acesso em: 06 jun. 2017.

COOK, P. J.; LUDWIG, J. Defensive gun uses: new evidence from a national survey. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 14, n. 2, 1998.

DREYFUS, Pablo; LESSING, Benjamim; PURCENA, Júlio Cesar. A Indústria Brasileira de armas leves e de pequeno porte: Produção Legal e Comércio. In: FERNANDES, Rubem Cesar. **Brasil: as armas e as vítimas**. São Paulo: Ed. 7 letras, 2005. p. 64-125. Disponível em: <http://vivario.org.br/publique/media/A_industria_brasileira_%20de_armas_leves_e_de_pequeno%20porte_producao_legal_e_comercio.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2017.

DUGGAN, M. More guns, more crime. **Journal of Political Economy**, v. 109, n. 5, 2001.

FRANKO-JONES, Patrice. **The Brazilian Defense Industry Boulder**. [S.l.]: Westview Press, 1992.

GOES, Carlos. Afinal, armas aumentam ou reduzem crimes? Veja os dados. **Mercado popular**, 2015. Disponível em: <<http://mercadopopular.org/2015/10/afinal-armas-aumentam-ou-reduzem-crimes-veja-os-dados/>> Acesso em: 06 jun. 2017

KAHN, Tulio. **Armas de fogo: argumentos para debate**. 2002. Disponível em: <<http://www.comunidadessegura.org.br/files/armasdefogotuliokahn.pdf>> Acesso em: 11 abr. 2017.

_____. "Onde há mais armas, há mais suicídios e homicídios". **Portal Carta Capital**, 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-depoimento-de-um-dos-principais-criminologos-do-brasil-sobre-as-armas-1229.html>>. Acesso em: 13.abr. 2017.

KLECK, G. **Targeting guns: firearms and their control**. New York : Walter de Gruyter Inc., 1997. p. 135.

KRAUSE, Keith. **Arms and the State: Patterns of Military Production and Trade**, Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 31-32.

LOTT JUNIOR, J. **More guns, less crime**. Chicago, University of Chicago Press, 1998.

MAGALHÃES, L. C. **A prevenção, o controle, o combate e a erradicação do tráfico ilícito de armas pequenas e leves no Brasil e o programa de ação da ONU**. Brasília: UPIS, 2006.

MELLO, Jorge M.H.P. Violência como problema de saúde pública. **Revista Ciência e Cultura**, v. 54, n. 1, p. 52-53, 2002.

_____.; GAWRYSZEWSKI, V.P.; LATORRE, M.R.D. Análise dos dados de mortalidade. **Revista de Saúde Pública**, v. 31, n. 4, p. 5-25, 1997.

MINAYO, M.C.S. **Violência e Saúde**. 20. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da Desigualdade e pobreza não explicam alta violência no Nordeste. **Portal UOL**, 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/opiniaao/coluna/2016/06/03/desigualdade-e-pobreza-nao-explicam-alta-violencia-no-nordeste.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

PHEBO, Luciana. Impacto da Arma de Fogo na saúde da população no Brasil. In: FERNANDES, Ruben César. **Brasil: as armas e as vítimas**. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2005. p. 27-28.

PORTAL BRASIL. **59% das mortes por arma de fogo têm jovens como vítimas**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/59-das-mortes-por-arma-de-fogo-tem-jovens-como-vitimas>>. Acesso em: 13 maio 2017.

REVISTA VEJA. **As armas de fogo no Brasil e seus efeitos**. 2014. Disponível em: <http://www.veja.abril.com.br/idade/exclusivo/armas_fogo/contexto_armas.html> Acesso em: 04 mar. 2017.

SANTOS, Marcelo; KASSOUF, Ana L. Avaliação de impacto do estatuto do desarmamento na criminalidade: uma abordagem de séries temporais aplicada a

cidade de São Paulo. **Economic Analysis of Law Review**, v. 3, n. 2, p. 307-322, jul./dez. 2012.

SANTOS, M. J. dos; KASSOUF, A. L. Estudos econômicos das causas da criminalidade no Brasil: evidências e controvérsias. **Economia**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 343-373, 2008.

SANTINI, Daniel; VIANA, Natalia. **Brasil, produtor e exportador de armas**. 2012. Disponível em: <<http://apublica.org/2012/01/brasil-produtor-exportador-de-armas/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

SANTOS, Marcelo Justus dos. **Uma abordagem econômica das causas da criminalidade**: evidências para a cidade de São Paulo. 2012. Tese (Doutorado), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-14082012-095859/pt-br.php>>. Acesso em: 06 jun. 2017. p.17.

SMALL ARMS SURVEY. **Oxford University Press Oxford**. 2003. Disponível em: <<http://www.smallarmssurvey.org/publications/by-type/yearbook/small-arms-survey-2003.html>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

STOLZENBERG, L.; D'ALESSIO, S. J. Gun availability and violent crime: new evidence from the national incident-based reporting system. **Social Forces**, v. 78, n. 4, p. 1.461-1.482, jun. 2000.

TREVISAN, Maria Carolina. "O Brasil é o País que mais mata por arma de fogo no mundo". **Brasileiros**, 2016. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2016/08/o-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-por-arma-de-fogo-no-mundo/>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

VIAPIANA, Luis Tadeu. **Economia do crime**: uma explicação para formação do criminoso. Porto Alegre: Editora AGE, 2006. 120 p.

VILLAVECES, A.; et al. Effect of a ban on carrying firearms on homicide rates in two colombian cities. **Journal of the American Medical Assciation**, v. 283, n. 9, p. 1205-1209, 2000.

VIVA RIO. 2017. Disponível em: <<http://vivario.org.br/>>. Acesso em: 12 maio 2017.

WASELFISZ, Júlio Jacob. **Mapa da Violência 2013**: Mortes Matadas por Armas de Fogo. [São Paulo]: FLACSO, 2013. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/mapa2013_armas.php>. Acesso em: 13 abr. 2017.

_____. **Mapa da Violência 2016**: Homicídios por armas de fogo no Brasil. [São Paulo]: FLACSO, 2016. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2017.